



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Belém



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Belém x RI Guajará x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Belém (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Analisando o gráfico, nota-se que, entre 2019 e 2020, os três territórios (Belém, RI Guajará e estado do Pará), com exceção de Belém, apresentam uma ligeira redução na Taxa de Pobreza, sugerindo alguma melhoria ou estabilidade econômica nesse intervalo. Em Belém, a taxa passa de cerca de 26,5% para 26,7%, enquanto na RI Guajará e no Pará as quedas são sutis (de aproximadamente 27,1% para 26,6% e de 41,8% para 40,8%, respectivamente). Esse movimento de baixa, ainda que leve, indica possíveis reflexos de políticas públicas de transferência de renda ou uma conjuntura econômica relativamente mais estável antes do período mais

crítico da pandemia (Gráfico 1).

Já entre 2020 e 2021, o indicador volta a subir nos três níveis: Belém chega a 29%, a RI Guajará sobe para 28% e o Pará atinge aproximadamente 42%. Essa tendência ascendente se intensifica de forma muito mais acentuada em 2022, quando há um salto brusco, sobretudo em Belém (que atinge cerca de 60%) e na RI Guajará (56%), enquanto o Pará se eleva a aproximadamente 59%. Esse pico sugere o impacto combinado de fatores como redução de renda, interrupções econômicas e agravamento das desigualdades geradas pela crise sanitária e suas consequências

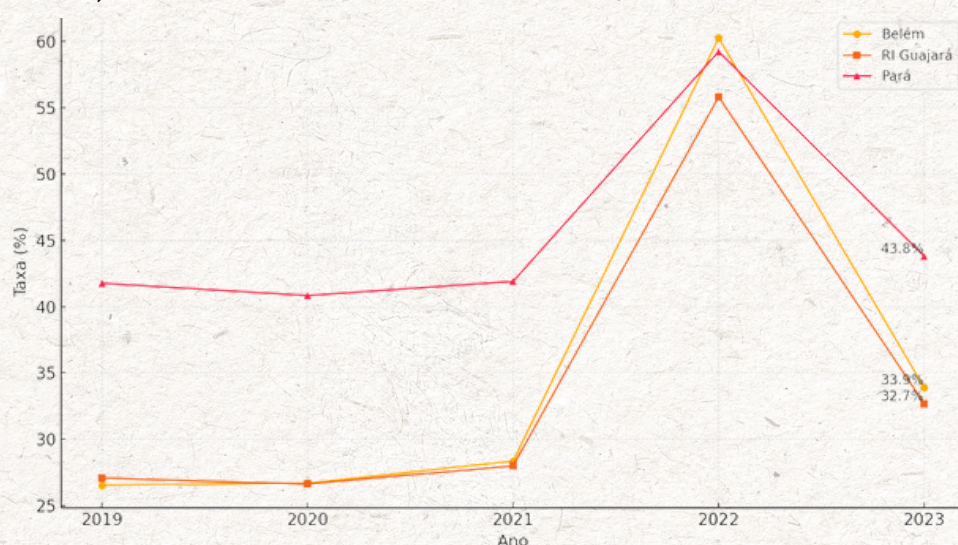


no mercado de trabalho (Gráfico 1).

Por fim, em 2023, observa-se uma queda significativa em todos os territórios, com Belém recuando para aproximadamente 33,9%, a RI Guajará para 32,7% e o Pará para 43,8%. Esse decréscimo pode estar associado à retomada de atividades econômicas, possíveis ajustes em programas sociais e à gradual recuperação após o pe-

ríodo mais agudo da pandemia. Ainda assim, apesar da queda ser expressiva, as taxas permanecem relativamente elevadas quando comparadas aos níveis de 2019, sinalizando que a trajetória de superação da pobreza exige um esforço contínuo, incluindo políticas públicas robustas, melhoria na geração de empregos e fortalecimento de redes de proteção social (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Entre 2019 e 2023, observa-se uma tendência geral de redução nos percentuais de despesas públicas com serviços essenciais em Belém, na Região de Integração (RI) Guajará e no estado do Pará. Belém iniciou o período com 53,2% em 2019, mas enfrentou uma queda acentuada em 2020 (45,5%), recuperando-se parcialmente em 2021 (52,4%), antes de recuar novamente até atingir 49,8% em 2023. A RI Guajará seguiu um padrão semelhante, iniciando com 56,1%, caindo em 2020 (50,5%), recuperando em 2021

(55,4%) e estabilizando em torno de 51,8% no último ano (Gráfico 2).

No caso do estado do Pará, o comportamento foi relativamente mais estável e com percentuais superiores aos observados nos demais recortes territoriais ao longo de todo o período. Em 2019, o estado registrou 62,8%, caindo para 60,4% em 2020, mantendo-se próximo a esse patamar nos anos seguintes, com uma leve recuperação em 2023 (60,9%). Isso sugere uma maior consistência no compromisso do estado com

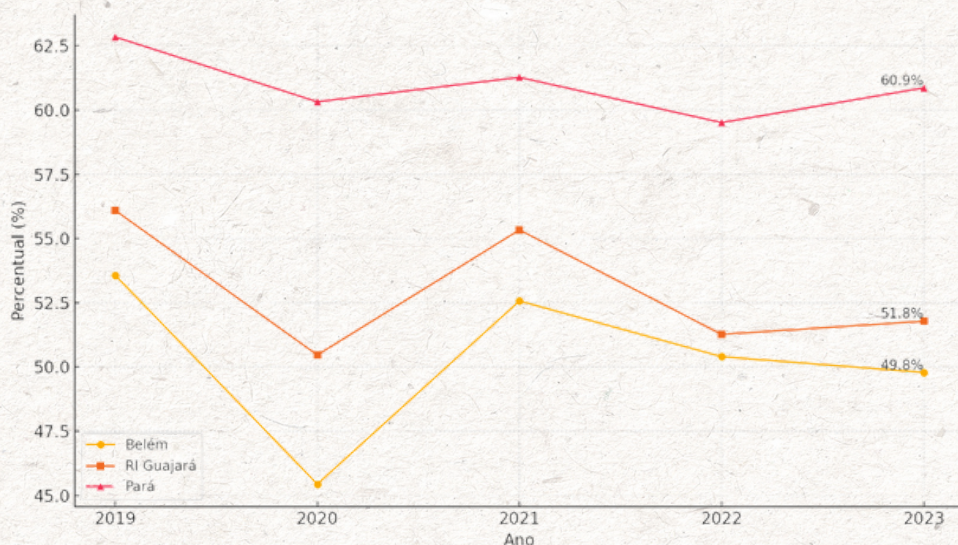
os serviços essenciais em comparação com os níveis municipal e regional (Gráfico 2).

A análise comparativa evidencia que Belém tem destinado uma proporção menor de suas despesas totais aos serviços essenciais em relação à média estadual, o que pode indicar desafios específicos de gestão orçamentária local. Já a RI Guajará, que inclui Belém, tende a acompanhar mais de perto o desempenho do município, com pequenas variações. Essa diferença entre os níveis

territorializados pode refletir desigualdades na priorização de políticas públicas, capacidade de arrecadação, ou nas demandas locais que competem pelos recursos orçamentários (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2023, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma tendência de crescimento contínuo nos três níveis territoriais analisados: Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em Belém, o indicador partiu de 9,2% em 2019 e subiu progressivamente até atingir 10% em 2023. Esse comportamento revela um aumento preocupante e constante ao longo dos anos, indicando possíveis fragilidades nos cuidados pré-natais ou nas condições socioeconômicas que impactam diretamente a saúde materno-infantil (10%) (Gráfico 3).

A RI Guajará acompanhou de perto a trajetória de Belém, iniciando o período com 8,9% e também alcançando 10% em

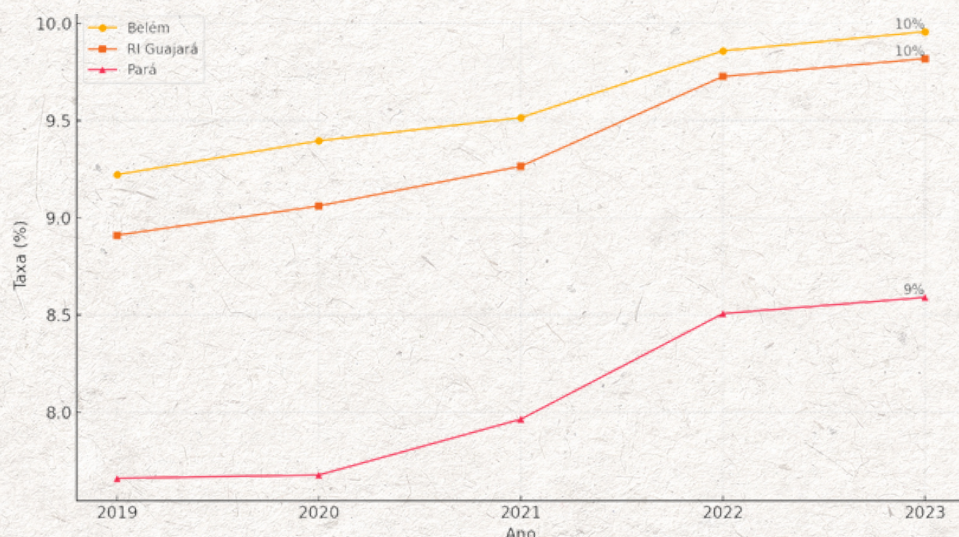
2023. Esse alinhamento reforça a influência do município-sede sobre a média regional, sugerindo que as dinâmicas de Belém têm peso significativo sobre os resultados da região como um todo. A evolução mostra um crescimento mais acentuado entre 2021 e 2022, o que pode refletir os impactos pós-pandemia da COVID-19, que afetaram o acesso a serviços de saúde e a segurança alimentar de populações mais vulneráveis (Gráfico 3).

O estado do Pará, embora também tenha apresentado aumento na prevalência, manteve-se abaixo dos níveis municipal e regional durante todo o período. Em 2019, registrava 7,6% e, em 2023, chegou a 9%. Apesar do crescimento, o avanço foi mais gra-

dual, o que pode indicar uma distribuição mais heterogênea do problema no estado ou o efeito de políticas públicas estaduais que tiveram maior sucesso fora da capital e sua região imediata. Ainda assim, o aumento geral do indicador nos três recortes reforça a necessidade de medidas mais eficazes e integradas para o enfrentamento desse problema de saúde pública (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Belém apresentou variações acentuadas na taxa de produtividade agrícola. O indicador subiu de R\$ 7,6 mil/hectare em 2019 para R\$ 14,3 mil/hectare em 2020, mas sofreu leve retração em 2021 e uma queda expressiva em 2022, atingindo R\$ 6,8 mil/hectare – o menor valor da série. Contudo, em 2023, houve uma recuperação significativa, alcançando R\$ 22,1 mil/hectare, o maior patamar do período. Essa oscilação pode refletir instabilidades na dinâmica de produção, variações climáticas ou alterações na composição das culturas, mas também aponta para

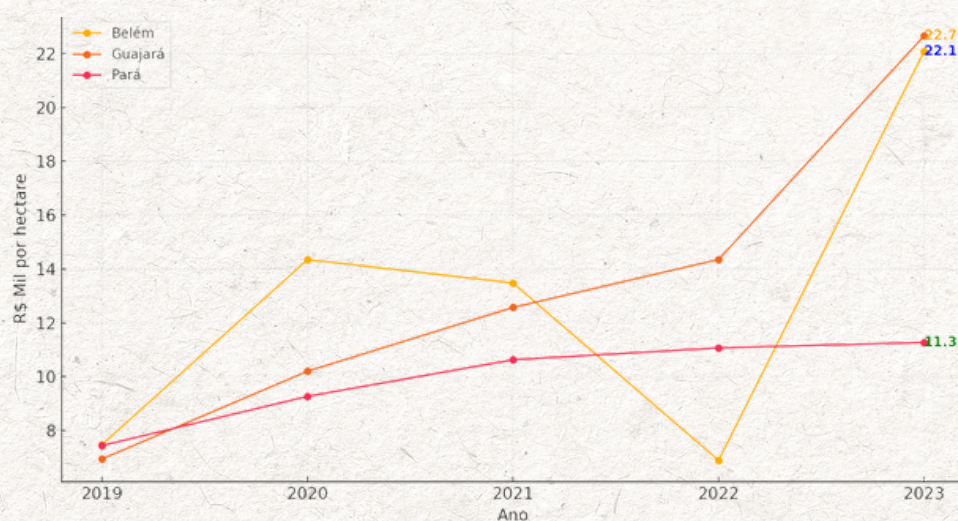
uma capacidade de rápida retomada produtiva (Gráfico 4).

Na Região de Integração Guajará, a produtividade agrícola apresentou crescimento contínuo e consistente ao longo de todo o período analisado. Em 2019, a região iniciou com R\$ 7 mil/hectare e, em 2023, alcançou R\$ 22,7 mil/hectare. O destaque fica por conta do avanço expressivo entre 2022 e 2023, o que sugere a adoção de práticas agrícolas mais eficientes, investimentos em infraestrutura rural ou expansão de lavouras de maior valor agregado. A constância do crescimento indica um ambiente mais estável e favorável à produção

agrícola regional (Gráfico 4).

No estado do Pará, a produtividade agrícola evoluiu de forma gradual e linear, saindo de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. O crescimento foi constante, sem oscilações bruscas, revelando uma trajetória de desenvolvimento mais homogênea, porém menos acelerada em comparação com Belém e Guajará. Essa estabilidade pode representar um padrão estadual de produção mais consolidado, mas também evidencia desigualdades territoriais na adoção de tecnologias ou na capacidade de intensificação produtiva (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22,1 mil/ha., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Entre 2019 e 2023, a Taxa de Mortalidade Infantil em Belém oscilou levemente, mantendo-se, contudo, em patamares elevados. Em 2019, a taxa era de 15,5 por mil nascidos vivos, alcançando o pico de 15,7 em 2020. Após uma leve queda em 2022 para 14,8, houve um novo aumento em 2023, quando o indicador chegou a 16. Essa trajetória revela um cenário preocupante, no qual a capital não consegue consolidar avanços sustentáveis na redução da mortalidade infantil, o que pode estar relacionado a fatores como a qualidade do pré-natal,

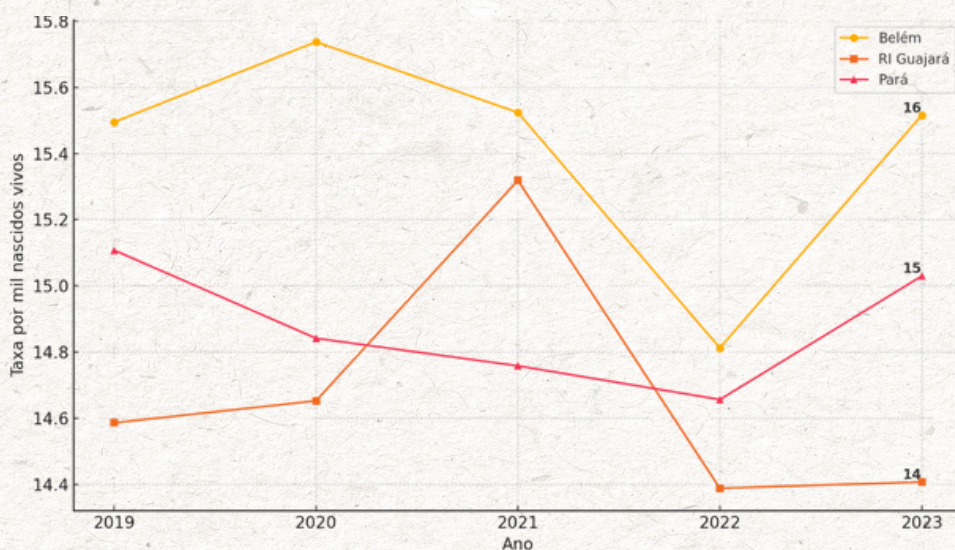
cobertura vacinal, saneamento e acesso a serviços de saúde neonatal (Gráfico 5).

A Região de Integração (RI) Guajará apresentou variações mais marcantes ao longo do período. Partindo de 14,6 em 2019, a taxa aumentou para 15,3 em 2021, mas caiu significativamente para 14 em 2022, mantendo-se praticamente estável em 2023 com 14,4. Apesar da volatilidade, os números da RI Guajará se mantiveram abaixo dos registrados em Belém, o que sugere que outros municípios da região tiveram melhor desempenho no enfrentamento das causas da mortalidade infantil, ajudando a suavizar os efeitos dos altos índices da capital sobre a média regional (Gráfico 5).



No âmbito estadual, o Pará demonstrou maior estabilidade, iniciando com 15,1 em 2019 e chegando a 15 em 2023, com uma leve tendência de queda até 2022, seguida de um pequeno aumento. Ainda que seus números estejam abaixo dos de Belém, o estado também não apresenta uma trajetória firme de redução. Isso evidencia a persistência de desafios estruturais e a necessidade de políticas públicas mais efetivas, voltadas tanto para a prevenção de mortes evitáveis quanto para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias, especialmente nas regiões urbanas mais vulneráveis (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou crescimento significativo em Belém, partindo de 23,4 em 2019 e alcançando um pico de 32,1 em 2022. Em 2023, houve uma leve queda, fixando-se em 31, o que ainda representa uma expansão expressiva no período analisado. Esse avanço pode estar associado à ampliação de políticas de provimento de profissionais, à maior atratividade da capital como polo de saúde e à expansão de re-

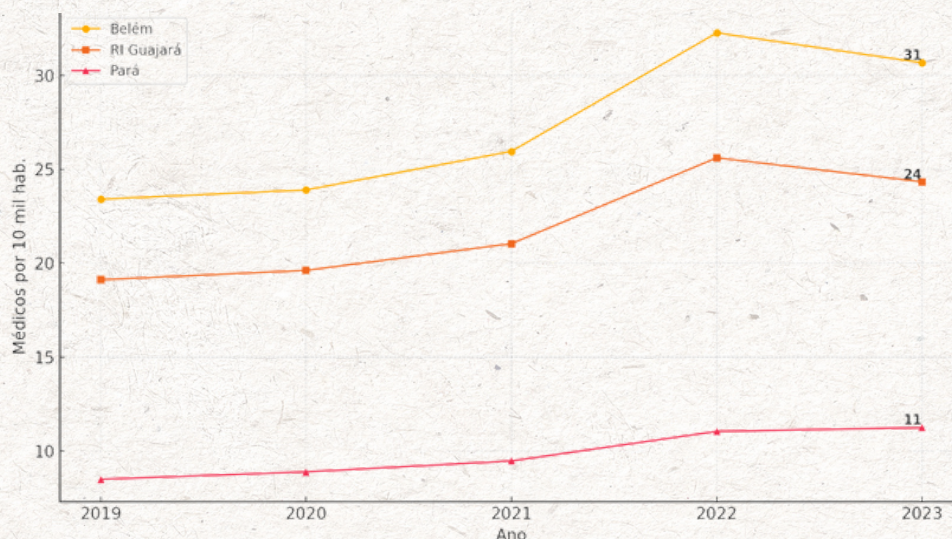
des hospitalares e clínicas privadas, além de formação local de novos médicos (Gráfico 6).

A Região de Integração (RI) Guajará também demonstrou crescimento no número de médicos por habitante, ainda que em menor escala. Partindo de 19,2 em 2019, o indicador chegou a 25,5 em 2022 e caiu ligeiramente para 24 em 2023. A tendência acompanha, com certo atraso e intensidade menor, o movimento observado em Belém, o que pode indicar que os ga-

nhos de capital humano em saúde estão parcialmente se difundindo para os demais municípios da região, ainda que a concentração de profissionais permaneça na capital (Gráfico 6).

No estado do Pará como um todo, a evolução foi mais modesta, subindo de 8,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. Apesar do crescimento constante, a disparidade em relação à capital e à região metropolitana evidencia a concentração de profissionais em centros urbanos, o que pode acentuar desigualdades no acesso à saúde em áreas mais interioranas. Esse cenário ressalta a necessidade de políticas públicas específicas para interiorização da força de trabalho médica, garantindo maior equidade na oferta de serviços de saúde no estado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

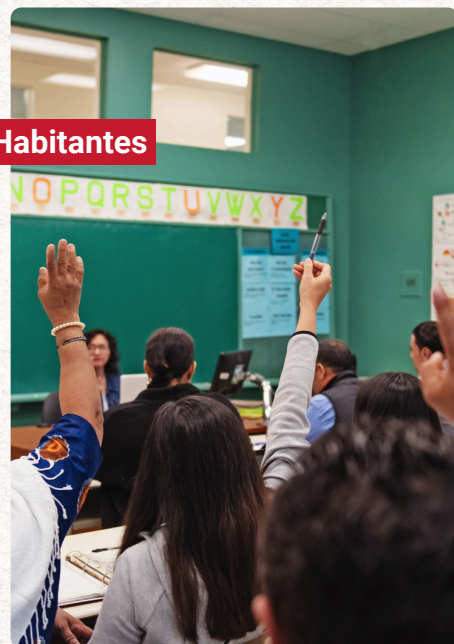
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou uma tendência geral de redução em Belém, ainda que com variações ao longo do período. Em 2019, o município registrava cerca de 123 vagas por mil habitantes, passando por uma leve queda em 2020 e 2021, estabilizando-se próximo de 120. Em 2022 houve um aumento expressivo para 131 vagas, mas esse crescimento não se sustentou, com o indicador recuando para 115 em 2023, o menor valor da série. Essa oscilação pode refletir tanto variações na capacidade de oferta quanto nas políticas educacionais municipais (Gráfico 7).

A Região de Integração (RI) Guajará seguiu um comportamento semelhante ao de Belém, com pequenas oscila-

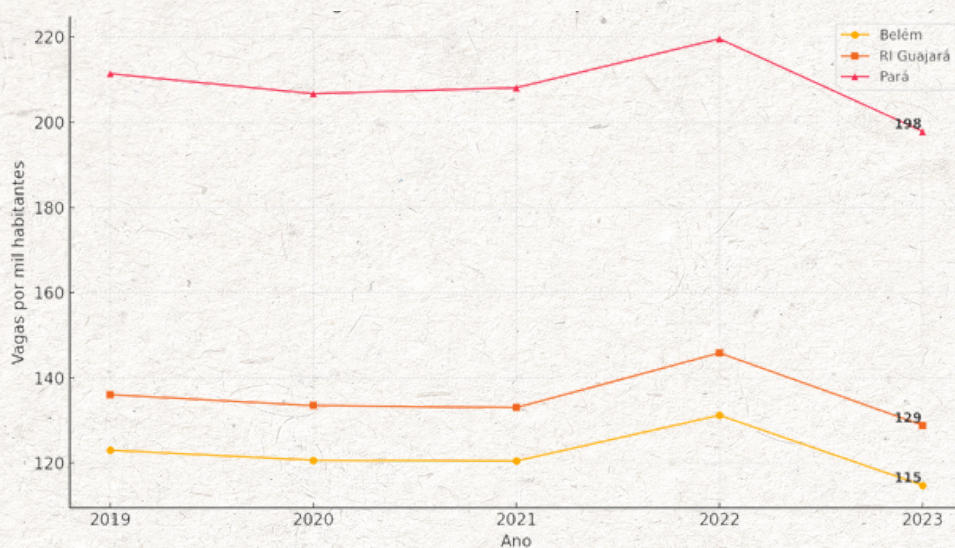
ções e uma leve tendência de queda no longo prazo. Partindo de 136 vagas por mil habitantes em 2019, o indicador caiu para 133 em 2021, subiu para 146 em 2022 e voltou a cair para 129 em 2023. A proximidade dos valores da RI com os de Belém revela a forte influência da capital sobre os dados regionais, e reforça a ideia de que os desafios da oferta educacional são comuns a todo o entorno metropolitano (Gráfico 7).

Já o estado do Pará manteve patamares muito superiores aos de Belém e da RI Guajará, iniciando com 211 vagas por mil habitantes em 2019, atingindo o pico de 220 em 2022 e encerrando o período com 198 em 2023. Apesar da queda recente, o estado apresenta uma capacidade de oferta educacional significativamen-



te mais ampla, o que pode estar associado à presença de municípios com maiores proporções de população jovem ou à atuação mais forte da rede estadual em áreas menos urbanizadas. A diferença entre os níveis territorializados evidencia desigualdades no acesso à educação pública e sugere a necessidade de reforço da estrutura educacional nas áreas mais densamente povoadas como Belém (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 115 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Entre 2019 e 2023, o percentual de escolas com acesso à internet em Belém apresentou uma trajetória de oscilação significativa, com destaque para o forte crescimento ao final do período. Em 2019, 60,5% das escolas possuíam acesso à internet, percentual que saltou para 78,6% em 2020, possivelmente como resposta à demanda emergencial por conectividade durante a pandemia. No entanto, esse avanço não se sustentou em 2021, quando o índice caiu para 52,8%. A partir de 2022, houve uma retomada gradual e, em 2023, Belém atingiu o patamar de 88%, o maior da série histórica, indicando uma reestruturação bem-sucedida da infraestrutura digital nas unidades escolares (Gráfico 8).

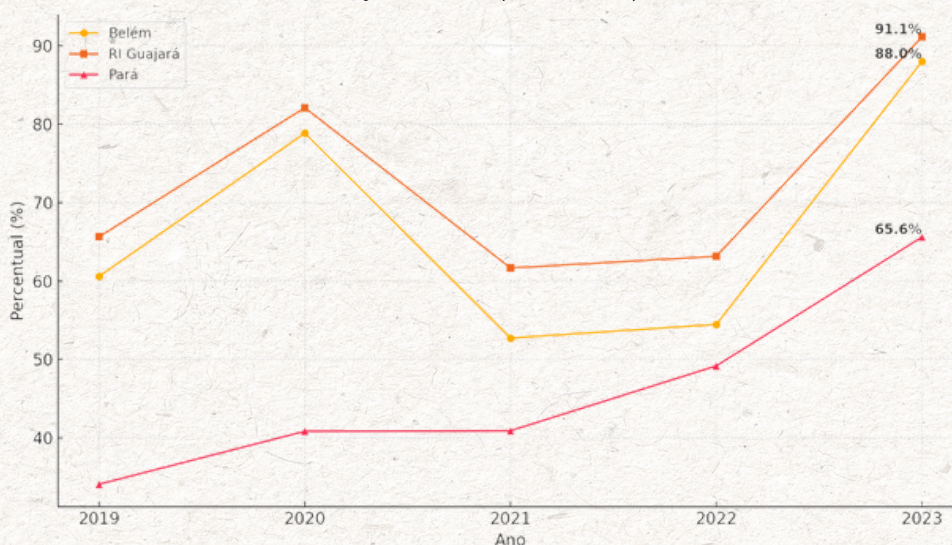
A Região de Integração (RI) Guajará, que inclui Belém, seguiu comportamento semelhante, com picos e quedas que refletem a oscilação da capital. Iniciando com 65,7% em 2019, a RI alcançou 82,3% em 2020, caiu para 62% em 2021, e, após leve recuperação em 2022, atingiu 91,1% em 2023 — valor superior ao de Belém. Essa tendência demonstra que os avanços em conectividade educacional se espalharam também para outros municípios da região, sugerindo uma ação coordenada ou políticas públicas de abrangência regional voltadas à inclusão digital nas escolas (Gráfico 8).

No estado do Pará, embora o crescimento tenha sido contínuo, os níveis de conectividade

de escolar permaneceram bem abaixo dos verificados na capital e na RI. O indicador saiu de 33,9% em 2019 para 65,6% em 2023, com crescimento gradual ao longo do tempo, sem os mesmos picos ou quedas abruptas observados em Belém. Apesar da melhoria significativa, o percentual ainda revela desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura digital educacional, com regiões do interior apresentando desafios persistentes para garantir internet nas escolas, fator essencial para o ensino contemporâneo e para a superação das lacunas educacionais agravadas pela pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5: Violência Contra a Mulher por Parceiros** e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Entre 2019 e 2023, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou uma trajetória bastante oscilante em Belém, com um pico significativo em 2020. O município registrava apenas 6,2 casos por 100 mil habitantes em 2019, mas esse número saltou para alarmantes 98,2 em 2020, o que pode estar relacionado ao contexto da pandemia de COVID-19, que intensificou a convivência doméstica e dificultou o acesso a redes de proteção. A partir de então, houve queda progressiva, chegando a 39 casos por 100 mil habitantes em 2023, ainda acima do valor inicial, mas revelando um possível efeito de políticas de enfrentamento à violência doméstica (Gráfico 9).

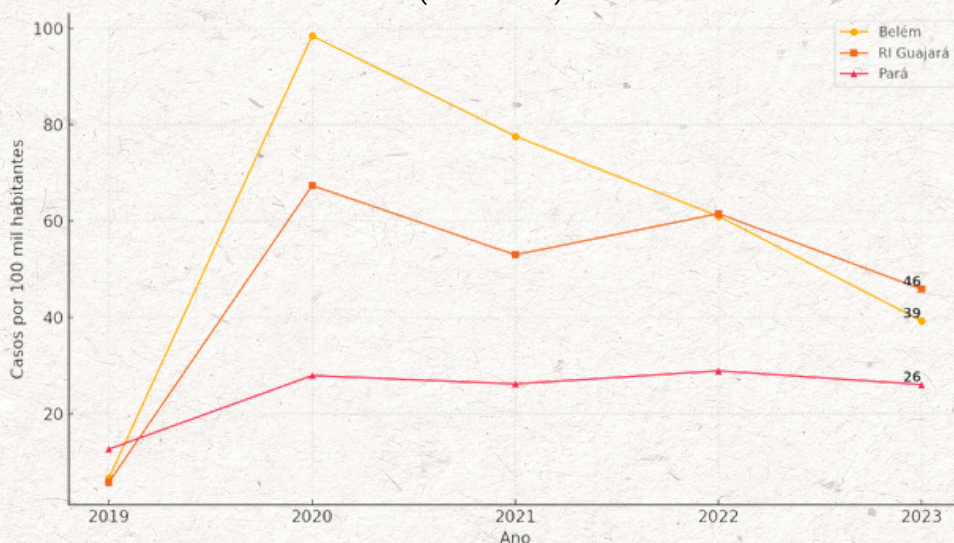
Na Região de Integração (RI) Guajará, a evolução do indicador seguiu tendência semelhante, embora em patamares mais moderados. Em 2019, a taxa era de 5,8, aumentando para 67,8 em 2020 e recuando gradualmente até alcançar 45,8 em 2023. Assim como em Belém, o pico em 2020 reforça os impactos do isolamento social na exposição das mulheres à violência doméstica, e a posterior queda pode refletir a retomada das atividades sociais, maior visi-

bilidade do tema e fortalecimento de canais de denúncia e apoio (Gráfico 9).

No estado do Pará como um todo, o indicador manteve-se em níveis mais baixos durante todo o período, mas também apresentou crescimento. Em 2019, eram 12,9 casos por 100 mil habitantes, chegando a 28 em 2020 e encerrando 2023 com 26,3. A estabilidade relativa dos valores estaduais em comparação com os aumentos acentuados em Belém e na RI Guajará indica

que os grandes centros urbanos concentram os maiores registros de violência por parceiro, possivelmente por maior densidade populacional, mas também por melhores mecanismos de notificação e denúncia. Ainda assim, o comportamento geral do indicador aponta para a urgência de políticas contínuas e articuladas de prevenção, acolhimento e responsabilização (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Entre 2019 e 2023, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Belém apresentou uma trajetória de crescimento constante e expressiva. Em 2019, esse percentual era de 48,9% e, ao longo dos anos, avançou progressivamente até atingir 52,4% em 2023, superando a marca simbólica da paridade e evidenciando avanços na equidade de gênero em posições de liderança. Essa evolução pode refletir políticas institucionais voltadas à promoção da diversidade, bem como maior inserção e valorização da mulher no mercado de trabalho da capital paraense (Gráfico 10).

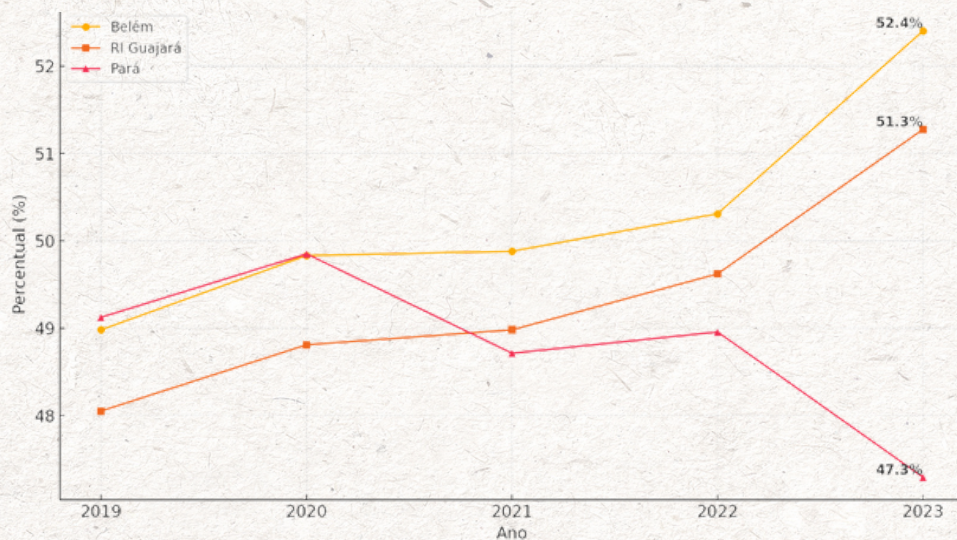


Na Região de Integração (RI) Guajará, a tendência também foi de crescimento no indicador, embora com ligeira defasagem em relação à capital. O percentual saiu de 48,1% em 2019 e chegou a 51,3% em 2023, com uma aceleração perceptível entre 2022 e 2023. O desempenho da RI Guajará acompanhada de forma geral os avanços observados em Belém, reforçando a ideia de que os efeitos de políticas de inclusão de gênero vêm se expandindo para além da capital, promovendo maior equilíbrio nas estruturas de poder em nível regional (Gráfico 10).

No estado do Pará, por outro lado, o comportamento do indicador foi mais

instável, com sinais de retrocesso. Em 2019, o estado registrava 49,1%, subindo levemente até 2020, mas a partir de então houve um declínio, chegando a 47,3% em 2023 — o menor valor da série histórica para o período analisado. Essa queda aponta para um desafio persistente em ampliar a participação feminina em cargos de liderança no interior do estado, sugerindo desigualdades territoriais no acesso a oportunidades profissionais para mulheres e a necessidade de políticas públicas mais amplas e eficazes de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

A análise do percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2023 mostra uma evolução modesta em Belém e no estado do Pará, enquanto a Região de Integração (RI) Guajará apresentou avanços muito mais expressivos. Em 2019, Belém registrava apenas 10,2% de cobertura, valor ligeiramente acima do estado (6,9%), mas muito inferior à RI Guajará, que já contava com 27,2%. Esse cenário inicial revela uma disparidade significativa no acesso ao saneamento básico entre os diferentes territórios (Gráfico 11).

A RI Guajará, que engloba Belém e municípios do entorno, também apresenta um progresso constante, embora em um ritmo ligeiramente mais modesto. O indicador sobe de 27,3% em 2019 para 42,8% em 2023, com destaque para o avanço entre 2021 e 2022, semelhante ao comportamento de Belém. Essa convergência pode indicar a existência de políticas públicas ou investimentos em infraestrutura que beneficiaram a região metropolitana como um todo

nesse período (Gráfico 11).

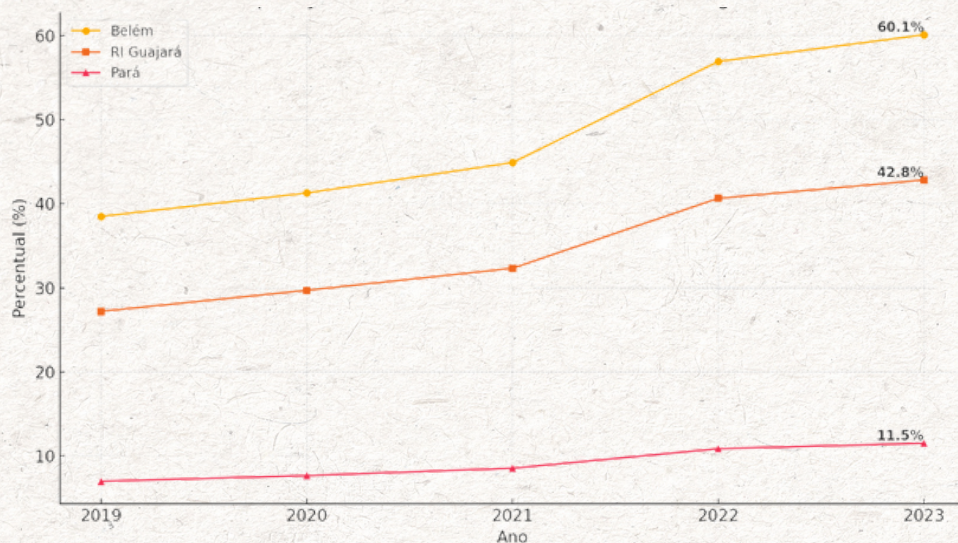
Por sua vez, o estado do Pará ainda apresenta percentuais bastante inferiores, começando com apenas 6,8% em 2019 e atingindo 11,5% em 2023. Embora o crescimento relativo seja expressivo (quase dobrando em cinco anos), o acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda ainda é extremamente limitado em boa parte do território estadual. Isso evidencia uma profunda desigualdade regional, em que os avanços



se concentram nos centros urbanos mais desenvolvidos, como Belém, enquanto o restante do estado avança em ritmo muito mais lento (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Entre 2019 e 2023, o gasto municipal com saneamento básico per capita apresentou variações significativas nos três níveis territoriais observados — Belém, RI Guajará e o estado do Pará. Belém manteve-se consistentemente como o município com o maior investimento por habitante, iniciando com R\$ 236 em 2019 e atingindo um pico de R\$ 353 em 2022, antes de recuar para R\$ 326 em 2023. A oscilação demonstra certa instabilidade nos investimentos, com quedas em 2021 e 2023, embora o patamar geral tenha se elevado ao longo do período (Gráfico 12).

A RI Guajará apresentou um comportamento semelhante ao de Belém, embora em valores ligeiramente menores. O

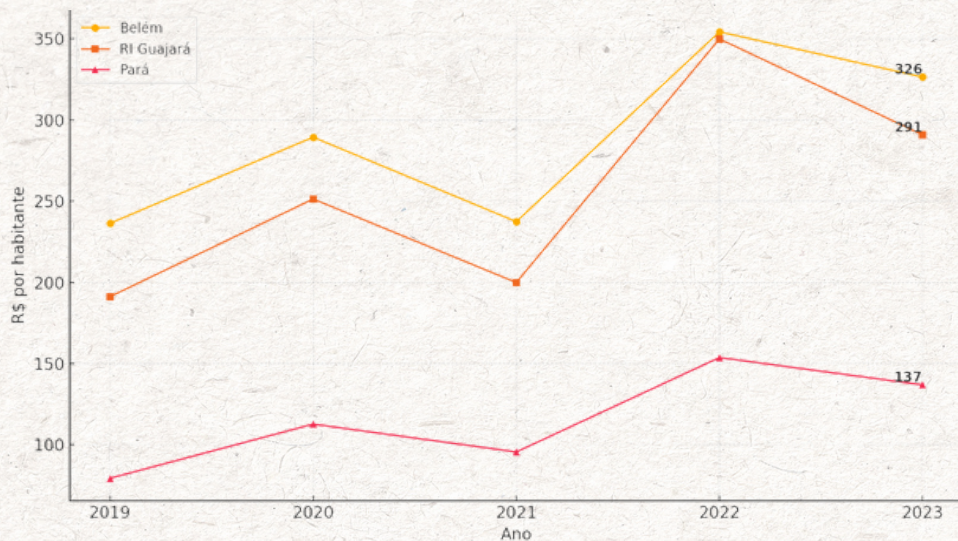
gasto per capita na região saiu de R\$ 192 em 2019 e também atingiu o ponto mais alto em 2022, com R\$ 350, recuando depois para R\$ 291 em 2023. A semelhança nos picos e nas quedas sugere que os investimentos em saneamento nas cidades da região metropolitana podem estar sendo influenciados por políticas públicas compartilhadas ou por ciclos orçamentários alinhados entre os municípios (Gráfico 12).

O estado do Pará, apesar de registrar os menores valores per capita ao longo de todo o período, também apresentou uma trajetória ascendente, com aumento de R\$ 79 em 2019 para R\$ 137 em 2023, passando por um pico em 2022 com R\$ 153. Embora o

crescimento seja notável, o patamar ainda é significativamente inferior ao da capital e da região metropolitana, refletindo disparidades no investimento em infraestrutura de saneamento entre os centros urbanos mais desenvolvidos e as demais regiões do estado (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 326/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Entre 2019 e 2023, o consumo de energia elétrica per capita apresentou uma tendência de crescimento contínuo nos três níveis territoriais analisados: Belém, RI Guajará e o estado do Pará. Belém liderou durante todo o período, iniciando com 1.592 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.999 kWh/hab. em 2023. A RI Guajará acompanhou esse movimento, passando de 1.421 para 1.801 kWh/hab., enquanto o estado do Pará, apesar de registrar os menores valores, também teve um aumento con-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

siderável, saindo de 993 kWh/hab. e chegando a 1.253 kWh/hab. (Gráfico 13).

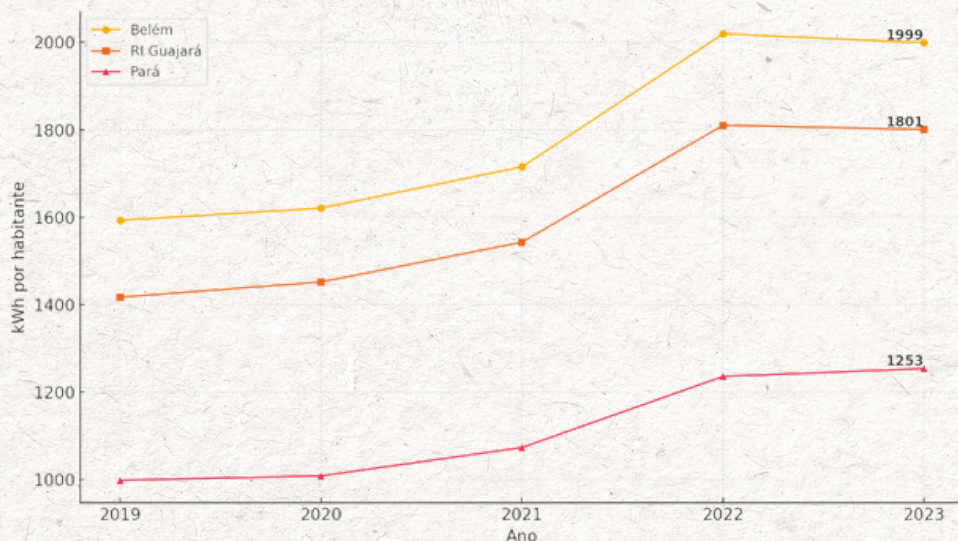
O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022 em todas as regiões, especialmente em Belém, onde o consumo saltou de 1.715 para 2.019 kWh/hab., sinalizando uma possível intensificação do uso de equipamentos elétricos, melhorias no acesso à energia, ou até recuperação econômica pós-pandemia. A RI Guajará e o estado seguiram a mesma tendência, sugerindo que fatores estruturais e conjunturais afe-

taram de maneira geral o território paraense. Já entre 2022 e 2023, observa-se uma leve retração em Belém e RI Guajará, o que pode indicar um ajuste no consumo após o pico anterior (Gráfico 13).

De modo geral, o aumento no consumo per capita reflete avanços na infraestrutura elétrica, melhoria nas condições de vida e ampliação do acesso à energia, sobretudo em áreas que antes apresentavam níveis mais baixos. No entanto, a persistência de diferenças significativas entre a capital e o res-

tante do estado evidencia desigualdades no desenvolvimento regional. Enquanto Belém já opera em níveis próximos a grandes centros urbanos, o Pará como um todo ainda se encontra em estágio de consolidação desse direito básico (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.999 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

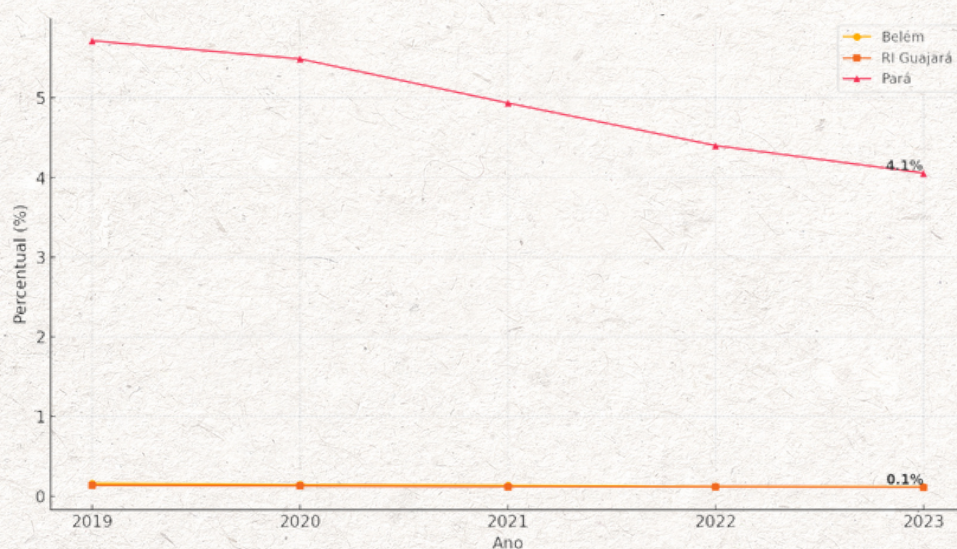
Entre 2019 e 2023, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil apresentou comportamento bastante desigual entre os três níveis territoriais analisados. Em Belém e na Região de Integração Guajará, o indicador manteve-se estável e praticamente nulo durante todo o período, fixado em 0,1%, o que indica que praticamente todos os domicílios de baixa renda nesses territórios já possuem acesso à iluminação elétrica. Essa estabilidade sugere uma infraestrutura consolidada de fornecimento de energia nas áreas urbanas centrais da capital e de sua região metropolitana (Gráfico 14).

Por outro lado, o estado do Pará como um todo revelou uma realidade distinta, com um percentual significativamente mais elevado e em queda lenta ao longo dos anos. Em 2019, cerca de 5,7% dos domicílios de baixa renda ainda utilizavam formas de iluminação fóssil, como lamparinas e velas, caindo gradualmente até atingir 4,1% em 2023. Essa redução constante, embora positiva, evidencia a persistência de desigualdades no acesso à energia elétrica em regiões mais isoladas e de infraestrutura precária, sobretudo em áreas rurais e ribeirinhas do interior do estado (Gráfico 14).

O comportamento desses dados revela um contraste entre os centros urbanos mais desenvolvidos e o restante do território paraense. Enquanto Belém e sua RI apresentam universalização do acesso à iluminação elétrica, grande parte do estado ainda enfrenta desafios para garantir esse direito básico. A tendência de queda no uso de iluminação fóssil em nível estadual é um indicativo de progresso, mas também reforça a necessidade de políticas públicas mais agressivas e direcionadas para acelerar a inclusão energética nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



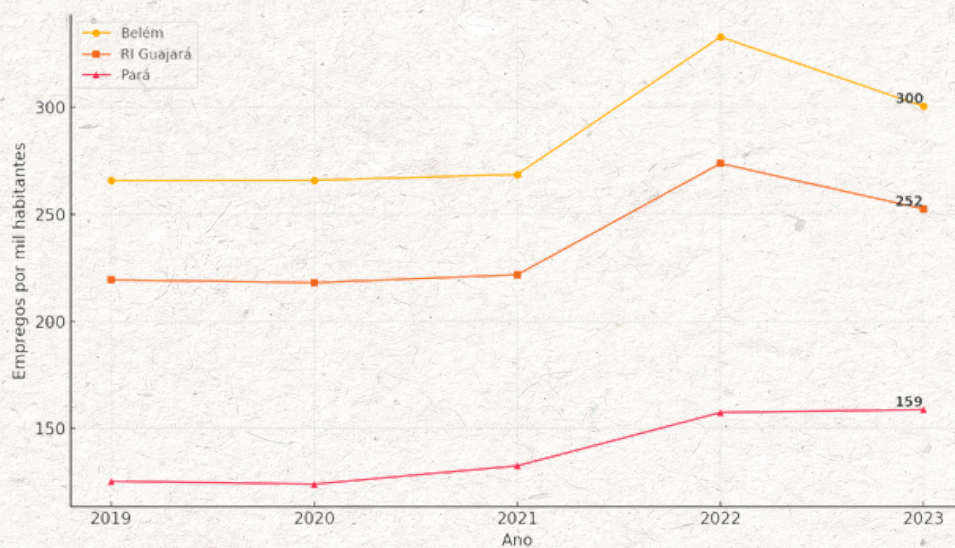
Empregos Formais por Mil Habitantes

O estado do Pará como um todo, apesar de apresentar os menores valores absolutos, também teve melhora no indicador, saltando de 125 em 2019 para 159 empregos formais por mil habitantes em 2023. A evolução mais expressiva se deu a partir de 2021, indicando que os efeitos das políticas de incentivo à formalização e os estímulos à retomada da economia pós-COVID-19 surtiram efeitos positivos em escala estadual. No entanto, o patamar ainda é inferior ao registrado em Belém e sua região metropolitana, revelando desigualdades estruturais no mercado de trabalho formal (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o indicador de empregos formais por mil habitantes mostrou crescimento nos três níveis territoriais analisados — Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará —, com destaque para o ano de 2022, que marcou o pico desse crescimento. Belém, que já partia de um patamar elevado (267 empregos formais por mil habitantes em 2019), atingiu 332 em 2022, antes de registrar uma leve retração para 300 em 2023. A RI Guajará seguiu tendência semelhante, subindo de 220 para 273 no mesmo intervalo, e recuando para 252 no último ano. Esses dados sugerem um impulso econômico significativo em 2022, provavelmente atrelado à recuperação pós-pandemia (Gráfico 15).

Em síntese, os dados apontam para um avanço no acesso ao emprego formal no Pará nos últimos cinco anos, com destaque para os centros urbanos mais desenvolvidos, como Belém. A leve queda de 2022 para 2023 em todos os níveis pode indicar uma desaceleração econômica ou o fim de ciclos específicos de contratação, mas ainda assim os indicadores permanecem acima dos níveis pré-pandemia. A diferença entre o desempenho da capital e do interior reforça a necessidade de políticas regionais mais equilibradas, capazes de estimular a geração de empregos formais fora do eixo metropolitano (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 300 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita apresentou crescimento em todos os níveis territoriais analisados — Belém, RI Guajará e estado do Pará —, com destaque notável para a evolução do estado como um todo. O Pará saltou de aproximadamente R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, indicando um crescimento econômico expressivo e contínuo, especialmente a partir de 2020. Esse avanço estadual superou significativamente os valores observados tanto em Belém

PIB per capita



quanto na RI Guajará, que cresceram em ritmo mais modesto (Gráfico 16).

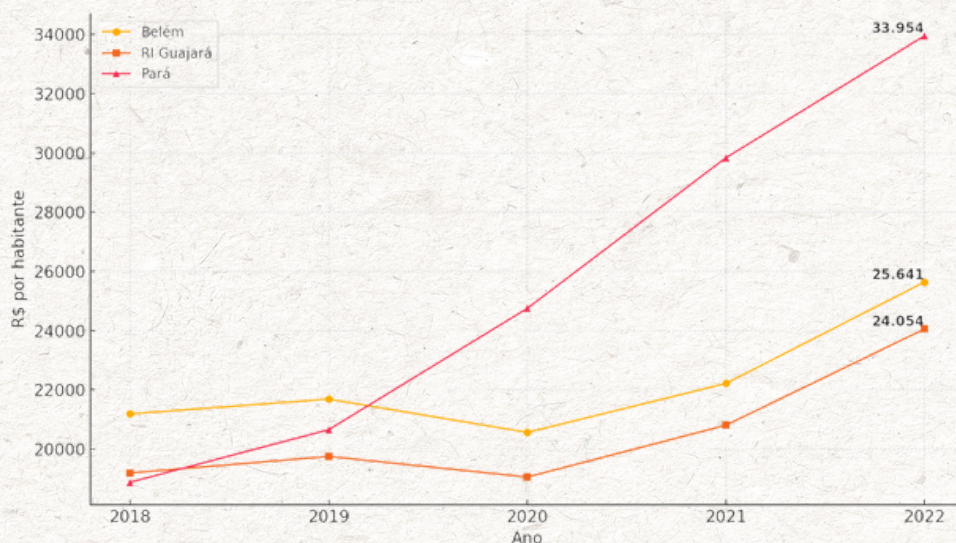
Belém iniciou o período com PIB per capita em torno de R\$ 21.300, atingindo R\$ 25.641 em 2022. Já a RI Guajará par-

tiu de R\$ 19.200 em 2018 e alcançou R\$ 24.054 no final da série. Ambos apresentaram queda em 2020, o que pode estar relacionado aos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19, com posterior recuperação nos dois anos seguintes. No entanto, o crescimento nesses territórios foi proporcionalmente inferior ao registrado pelo estado, o que sugere que os maiores impulsos econômicos recentes ocorreram fora da capital e sua região metropolitana (Gráfico 16).



O desempenho destacado do estado do Pará pode estar relacionado a setores econômicos de grande peso – como mineração e agronegócio – que se concentram principalmente no interior e exportam fortemente, alavancando o PIB estadual mesmo sem gerar proporcionalmente riqueza per capita nas regiões urbanas mais populosas. A disparidade no ritmo de crescimento entre o estado e os centros urbanos reforça a importância de políticas que garantam que os ganhos econômicos cheguem de forma mais equitativa à população, especialmente nos territórios com maior densidade demográfica e demandas sociais (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 25.641/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Entre 2018 e 2022, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou comportamentos contrastantes entre o estado do Pará e os territórios de Belém e da Região de Integração (RI) Guajará. O estado do Pará teve um crescimento expressivo e contínuo, saindo de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse avanço consistente sugere uma forte expansão da atividade industrial no estado, possivelmente impulsionada por setores extrativistas e de transformação ligados à exportação, especialmente mineração e siderurgia, que têm grande peso na economia paraense (Gráfico 17).

Por outro lado, Belém e a RI Guajará registraram percentuais muito inferiores e relativamente estáveis ao longo do período. Belém variou entre 10,8% e 12,5%, encerrando 2022 com 11,3%, enquanto a RI Guajará oscilou ligeiramente acima da capital, terminando o período com 10,7%. Essas cifras indicam uma participação pouco expressiva da indústria na composição do PIB local, refletindo uma economia mais voltada para o setor de serviços e administração pública, e menos dependente de atividades industriais de grande porte (Gráfico 17).

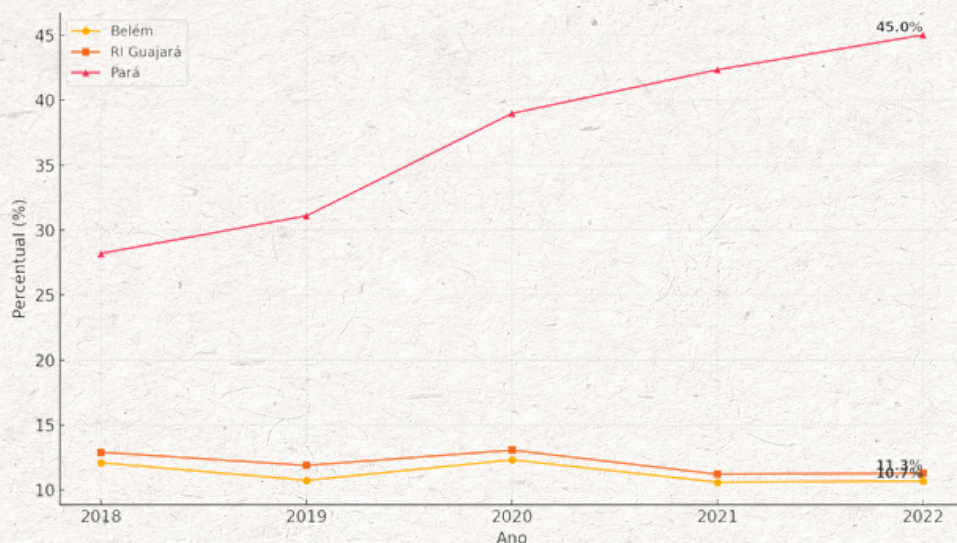
A discrepância entre o crescimento estadual e a estagna-

ção nos territórios urbanos mais populosos evidencia um modelo de desenvolvimento industrial concentrado fora da capital e da região metropolitana. Enquanto o interior do estado parece ser o principal beneficiário do boom industrial, a baixa participação da indústria em Belém aponta para desafios na diversificação da economia urbana. Isso reforça a necessidade de políticas voltadas para a atração de investimentos industriais sustentáveis em áreas metropolitanas, com vistas a equilibrar a dinâmica produtiva e gerar empregos de maior valor agregado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou crescimento em todos os níveis territoriais analisados, com destaque para Belém. A capital iniciou o período com 47 profissionais por 100 mil habitantes, atingiu o pico de 60 em 2022 e encerrou 2023 com 54, mantendo-se como o território com maior concentração desses profissionais ao



longo de todo o período. A evolução demonstra a importância de Belém como polo científico e acadêmico regional, possivelmente refletindo a presença de instituições de ensino superior, centros de pesquisa e políticas locais de incentivo à ciência (Gráfico 18).

A Região de Integração Guajará seguiu padrão semelhan-

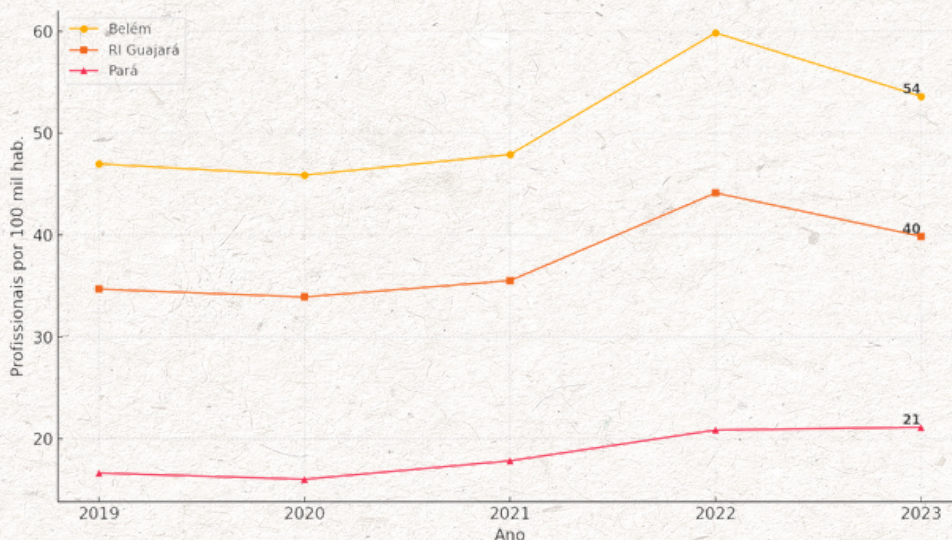
te, embora com valores sempre abaixo dos de Belém. Partiu de 35 profissionais em 2019, chegou a 44 em 2022 e caiu ligeiramente para 40 em 2023. Ainda que mais modesta, essa trajetória também reflete um avanço consistente, o que pode estar atrelado ao fortalecimento de redes científicas na região metropolitana, beneficiadas por sua proximidade com a capital e pela difusão de estruturas de pesquisa e ensino (Gráfico 18).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os menores números, mas também mostrou uma tendência de crescimento. Iniciou 2019 com apenas 17 profissionais por 100 mil habitantes, subindo para



21 em 2023. Esse dado evidencia os desafios da interiorização da ciência e da concentração de recursos humanos qualificados nos grandes centros urbanos. Apesar disso, a elevação gradual aponta para avanços tímidos, mas importantes, que indicam um movimento de expansão da produção científica para além da capital, exigindo, no entanto, maior investimento em infraestrutura, formação e fixação de talentos no interior do estado (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

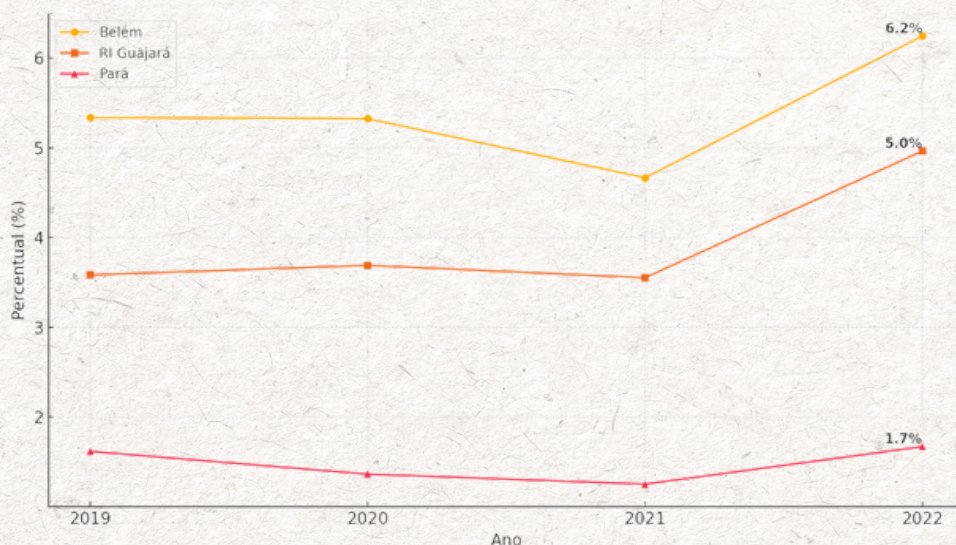
Entre 2019 e 2022, o indicador de Massa Salarial dos Vínculos Formais como percentual do PIB apresentou variações distintas nos três níveis territoriais analisados. Belém manteve-se como o município com maior proporção, iniciando com 5,3% em 2019 e, após uma leve queda para 4,7% em 2021, alcançando 6,2% em 2022. Esse crescimento no último ano do período indica uma retomada da formalização do trabalho e aumento da renda nos empregos formais, sugerindo dinamismo econômico e fortalecimento do mercado de trabalho na capital paraense (Gráfico 19).

Na Região de Integração (RI) Guajará, o comportamento foi semelhante, embora com percentuais sempre inferiores aos da capital. O indicador partiu de 3,6% em 2019, manteve relativa estabilidade até 2021 e apresentou crescimento expressivo em 2022, alcançando 5,0%. Essa evolução pode refletir a influência positiva da recuperação econômica regional e a ampliação das oportunidades de trabalho com carteira assinada nos municípios da região metropolitana, com impactos diretos na circulação de renda local (Gráfico 19).

Em contraste, o estado do Pará como um todo registrou

percentuais significativamente mais baixos durante todo o período, começando com 1,6% em 2019, caindo para 1,3% em 2021 e subindo levemente para 1,7% em 2022. Isso revela uma estrutura produtiva estadual ainda fortemente concentrada em setores que demandam pouca mão de obra formal ou que operam com baixos salários em relação ao valor gerado, como é o caso de atividades extrativistas e exportadoras. A diferença entre a capital e o restante do estado evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização do trabalho formal e à desconcentração das oportunidades econômicas (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

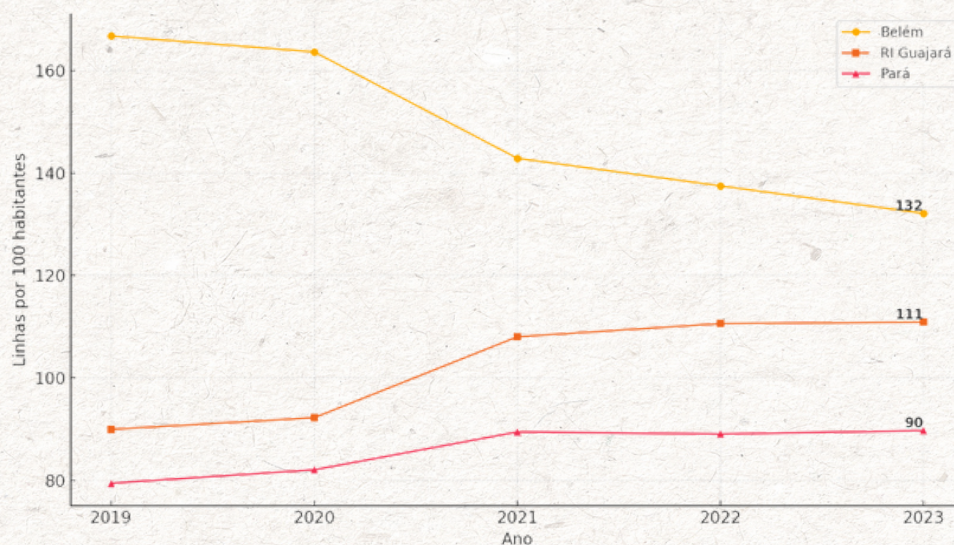
Entre 2019 e 2023, o indicador de acesso à telefonia móvel, medido em linhas por 100 habitantes, apresentou comportamentos contrastantes entre os níveis territoriais analisados. Belém iniciou o período com alto índice de 167 linhas por 100 habitantes, mas enfrentou uma queda progressiva nos anos seguintes, chegando a 132 em 2023. Essa redução pode indicar uma tendência de consolidação de linhas, migração para planos mais integrados ou mesmo o abandono de múltiplos chips, uma prática comum em anos anteriores, à medida que os serviços se tornam mais estáveis e abrangentes (Gráfico 20).

Em contrapartida, a Região de Integração (RI) Guajará apresentou crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel. Em 2019, registrava 90 linhas por 100 habitantes, e alcançou 111 em 2023. Esse aumento consistente reflete uma expansão da infraestrutura e maior penetração dos serviços móveis na região metropolitana, possivelmente estimulada por investimentos no setor e pela crescente demanda por conectividade, especialmente após a pandemia, que intensificou o uso de serviços digitais (Gráfico 20).



O estado do Pará também seguiu uma trajetória ascendente, embora mais modesta, passando de 79 para 90 linhas por 100 habitantes entre 2019 e 2023. Esse crescimento, ainda que discreto, é relevante em um estado com grandes desafios de infraestrutura e vastas áreas rurais. O avanço revela esforços de inclusão digital e melhoria da cobertura, embora o patamar ainda esteja abaixo do ideal. No geral, o gráfico evidencia um movimento de interiorização do acesso à telefonia móvel, ao passo que nos centros urbanos consolidados como Belém, observa-se uma possível saturação ou reorganização do uso desses serviços (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 132 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Entre 2019 e 2023, a despesa pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental apresentou comportamentos distintos entre os três níveis territoriais analisados, com destaque para o estado do Pará. O estado iniciou o período com R\$ 41 por habitante em 2019, oscilou ligeiramente nos anos seguintes e teve um aumento expressivo a partir de 2022, encerrando 2023 com R\$ 71 por habitante. Esse crescimento acentuado nos últimos anos sugere uma priorização crescente dessas áreas no orçamento estadual, possivelmente refletindo políticas públicas voltadas à sustentabilidade e valo-

rização cultural (Gráfico 21).

Em Belém, o indicador seguiu uma trajetória de queda nos primeiros anos, passando de R\$ 27 em 2019 para R\$ 17 em 2021, mas apresentou recuperação nos dois anos seguintes, atingindo R\$ 33 em 2023. A RI Guajará teve desempenho semelhante, com ligeira superioridade em relação à capital: começou com R\$ 24 por habitante em 2019, caiu para R\$ 18 em 2021 e cresceu até R\$ 35 em 2023. Essas oscilações indicam possíveis variações nas prioridades orçamentárias locais, com cortes iniciais possivelmente ligados à pandemia e posterior retomada do in-

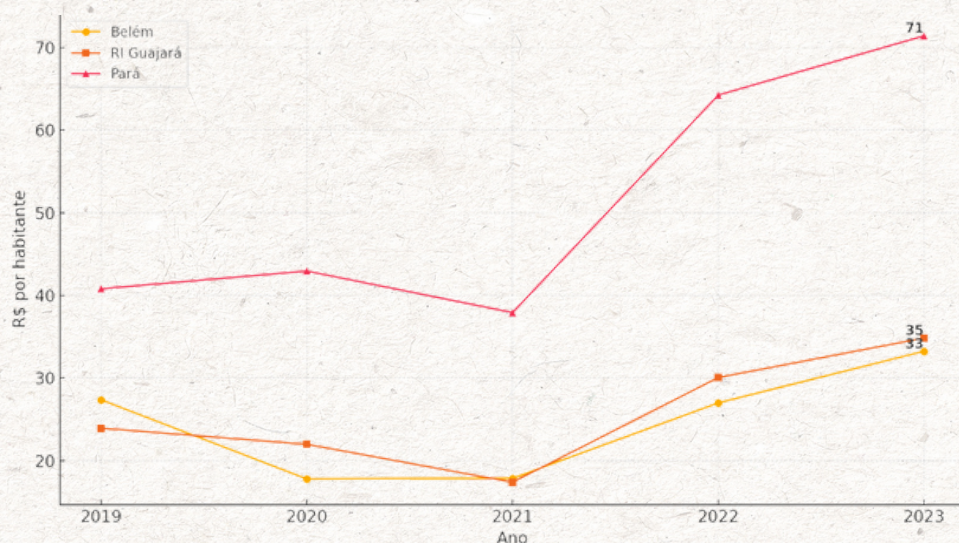
vestimento nas áreas culturais e ambientais (Gráfico 21).

No geral, os dados revelam um avanço recente na valorização da cultura e da gestão ambiental, com o estado do Pará liderando o crescimento proporcional e absoluto desse tipo de despesa. A recuperação dos investimentos em Belém e na RI Guajará a partir de 2022 pode estar relacionada à retomada de atividades culturais presenciais e à intensificação de políticas ambientais, especialmente em um contexto global de atenção às mudanças climáticas. Apesar disso, ainda existem disparidades significativas nos níveis de

investimento entre o estado e as esferas municipais, apontando para a necessidade de continuidade e descentralização dos recursos nessas áreas (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 33/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



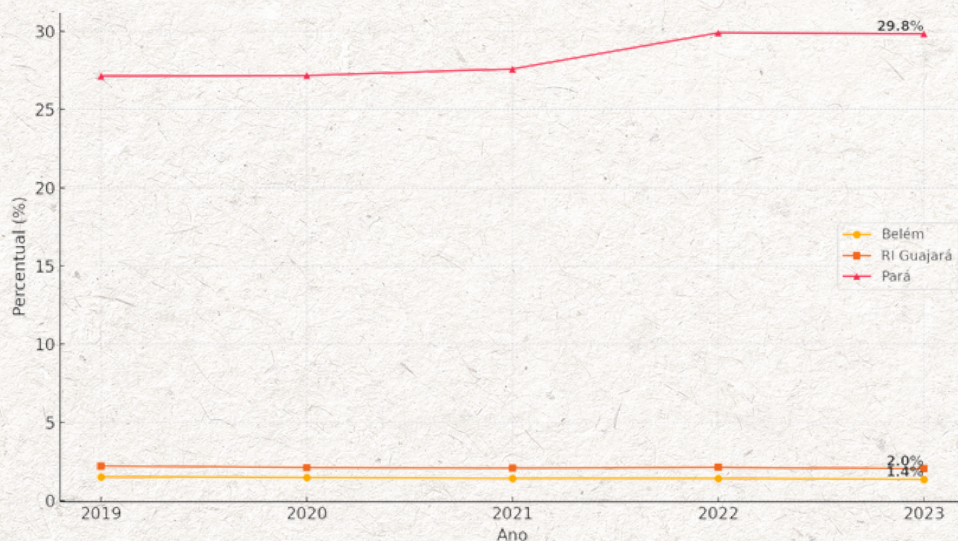
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se estável em Belém e na Região de Integração (RI) Guajará, enquanto apresentou crescimento no estado do Pará. Na capital, o indicador oscilou levemente, permanecendo em torno de 1,4% ao longo de todo o período, refletindo a existência de serviços regulares de coleta de resíduos mesmo entre populações vulneráveis. Na RI Guajará, o comportamento foi semelhante, com percentuais constantes na faixa de 2,0%, sugerindo cobertura razoável, ainda que com pequenas lacunas, nos municípios da região metropolitana (Gráfico 22).

Em contraste, o estado do Pará apresentou um cenário bem mais preocupante. O percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou ao enterro do lixo cresceu gradualmente de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023. Esse aumento indica que uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade ainda vive em áreas sem acesso adequado à coleta regular de resíduos sólidos. A curva ascendente sugere uma possível sobrecarga ou ausência de políticas públicas eficazes nos municípios do interior, onde os serviços de saneamento básico costumam ser mais precários (Gráfico 22).

A disparidade entre os centros urbanos e o restante do estado evidencia a concentração dos serviços essenciais nas áreas mais desenvolvidas. Enquanto Belém e sua região apresentam cobertura quase universal, o interior paraense ainda enfrenta desafios estruturais graves, afetando diretamente a saúde pública e o meio ambiente. O crescimento desse indicador no nível estadual reforça a urgência de investimentos em políticas de gestão de resíduos sólidos, com foco na ampliação da coleta e no acesso a soluções ambientalmente corretas para toda a população, especialmente a de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Entre 2019 e 2023, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário apresentou uma tendência de crescimento em todos os níveis territoriais analisados, com maior gravidade no estado do Pará. O estado iniciou o período com 43,9% dos domicílios de baixa renda nessa condição e encerrou 2023 com 51,3%, evidenciando um avanço do problema em vez de sua redução. Esse crescimento pode indicar não só a expansão da precariedade habitacional em áreas vulneráveis, mas também a insuficiência de investimentos em saneamento básico nas re-

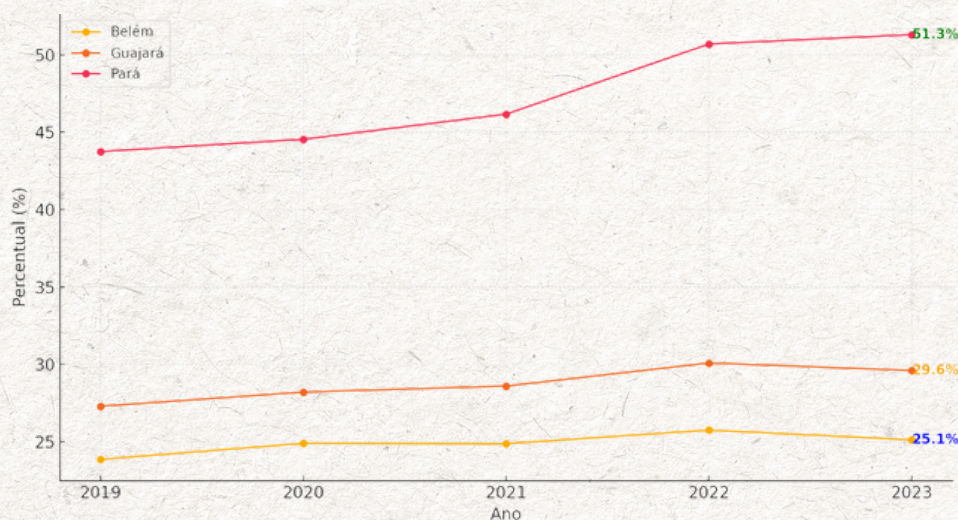
giões menos urbanizadas (Gráfico 23).

Na Região de Integração Guajará, que abrange Belém e municípios vizinhos, a situação também piorou, ainda que de forma menos acentuada. O percentual subiu de 27,4% em 2019 para 29,6% em 2023, com ligeiras variações anuais. Esse dado revela que mesmo em regiões metropolitanas há bolsões de exclusão sanitária, onde a população mais pobre segue dependendo de soluções precárias para descarte de esgoto, o que traz impactos diretos sobre a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 23).

Belém, apesar de apresentar

os menores percentuais entre os três níveis analisados, não escapou da tendência negativa. O indicador passou de 23,8% em 2019 para 25,1% em 2023, com uma leve oscilação ao longo do período. O fato de um quarto da população de baixa renda da capital ainda utilizar fossas rudimentares revela que o acesso a soluções adequadas de esgotamento sanitário está longe de ser universal. Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas robustas e focalizadas, capazes de reverter esse cenário e promover a equidade no acesso ao saneamento básico, essencial para a dignidade e qualidade de vida das populações vulneráveis (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, os gastos públicos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento significativo nos três níveis territoriais analisados – Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará – especialmente a partir de 2022. O estado do Pará se destacou com um salto expressivo, passando de R\$ 259 por habitante em 2019 para R\$ 426 em 2023. Esse avanço pode estar relacionado à intensificação dos eventos climáticos extremos e à maior sensibilidade institucional para mitigar riscos, como en-

chentes, deslizamentos e queimadas, cada vez mais frequentes em razão das mudanças climáticas (Gráfico 24).

Na RI Guajará, o comportamento foi semelhante, embora com valores absolutos menores. O gasto caiu de R\$ 190 em 2019 para R\$ 155 em 2021, mas teve forte recuperação nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 324 em 2023. Belém seguiu uma trajetória parecida, partindo de R\$ 181, atingindo o menor valor em 2020 (R\$ 132), e encerrando o período com R\$ 218 por habitante. Essas



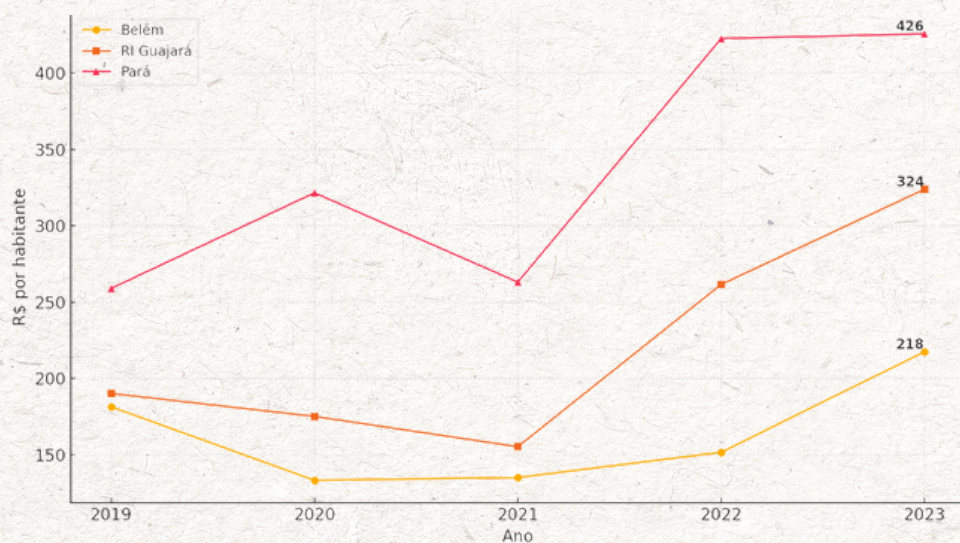
oscilações sugerem que, nos primeiros anos da série, a prevenção de desastres pode ter sido ofuscada por outras prioridades orçamentárias — como a pandemia de COVID-19 —, sendo retomada em um contexto posterior de maior conscientização sobre os riscos ambientais (Gráfico 24).

O crescimento expressivo dos investimentos a partir de

2022 em todas as escalas territoriais reflete uma possível reestruturação da política pública voltada à defesa civil e à resiliência climática. No entanto, as disparidades entre os níveis analisados mostram que, apesar da melhora, os centros urbanos como Belém ainda investem proporcionalmente menos do que o estado como um todo, que provavel-

mente canaliza recursos para regiões mais vulneráveis e de difícil acesso. Isso evidencia a importância de manter o foco não apenas na resposta emergencial, mas também em ações preventivas articuladas entre as diferentes esferas de governo, com foco em planejamento territorial e justiça ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 218/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Entre 2019 e 2023, a despesa pública per capita com preservação aquática apresentou um comportamento significativamente desigual entre o estado do Pará e os territórios de Belém e da Região de Integração (RI) Guajará. O estado iniciou o período com R\$ 184 por habitante, atingiu um pico em 2020 com R\$ 277, oscilou nos dois anos seguintes e voltou a crescer expressivamente em 2023, alcançando R\$ 287. Esses altos investimentos demonstram uma atenção considerável à preservação dos recursos hídricos em nível estadual, possivelmente associada à importância estratégica dos rios

amazônicos e à pressão nacional e internacional por proteção ambiental (Gráfico 25).

Em contraste, Belém e a RI Guajará apresentaram valores extremamente baixos ao longo de todo o período, com variações discretas. Belém, por exemplo, saiu de R\$ 3,2 em 2019 para R\$ 14 em 2023, enquanto a RI Guajará foi de R\$ 2 para R\$ 11 no mesmo intervalo. Embora os dados mostrem algum crescimento recente, os valores continuam muito

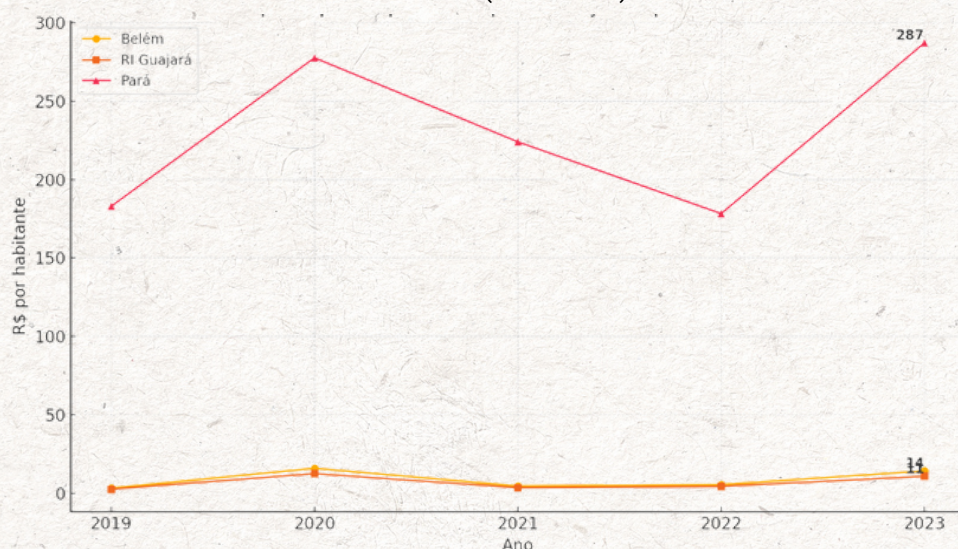
inferiores aos do estado, o que pode indicar que a maior parte dos esforços e recursos para preservação aquática estão concentrados fora dos centros urbanos, onde há maior presença de áreas naturais e ecossistemas hídricos sensíveis (Gráfico 25).

A diferença entre os níveis de investimento revela não apenas disparidades territoriais, mas também distintos enfoques de política pública. Enquanto o governo estadual a-



parenta priorizar ações de escala mais ampla, voltadas à proteção ambiental em áreas ribeirinhas e rurais, as administrações locais parecem investir pouco no tema, apesar da relevância da água para a qualidade de vida urbana, saúde pública e adaptação às mudanças climáticas. O aumento modesto nos últimos anos em Belém e na RI Guajará, no entanto, pode sinalizar o início de uma reorientação positiva, que precisa ser fortalecida por meio de planejamento integrado e financiamento sustentável (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se relativamente estável nos três níveis territoriais analisados, com variações discretas. O estado do Pará apresentou o maior percentual ao longo de todo o período, oscilando de 66,7% em 2019 para 65,1% em 2023. Apesar de ainda manter uma ampla cobertura florestal, houve uma leve redução nesse indicador, o que pode refletir pressões sobre os ecossistemas naturais, como o avanço do desmatamento e da conversão de áreas florestais para atividades agropecuárias (Gráfico 26).

Na Região de Integração Guajará, o indicador apresentou um pequeno aumento em 2022, atingindo 31%, mas retornou a 26,8% em 2023, mes-

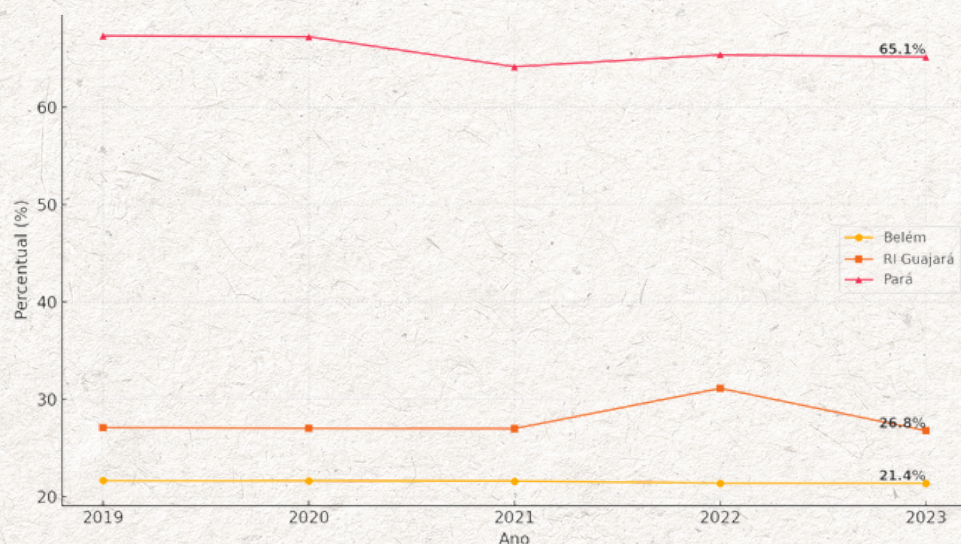
mo nível registrado em 2019. Essa flutuação pontual pode estar associada a variações no mapeamento territorial, iniciativas locais de reflorestamento ou mudanças no uso do solo em áreas periféricas. Ainda assim, o percentual relativamente baixo em comparação ao estado evidencia a forte urbanização da região metro-



politana, que exerce grande pressão sobre os recursos naturais (Gráfico 26).

Em Belém, o percentual de área de floresta em relação à área total manteve-se constante durante todo o período, em torno de 21,4%. Esse valor, embora baixo, é coerente com a condição de capital urbana e densamente ocupada. A estabilidade do indicador sugere que a cobertura vegetal remanescente na cidade tem sido preservada, mesmo diante da expansão urbana. No entanto, a baixa proporção também aponta para a necessidade de políticas de proteção, restauração e ampliação de áreas verdes, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e aumento de eventos extremos nas áreas urbanas (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área desmatada em relação à área total apresentou relativa estabilidade nos territórios de Belém e do estado do Pará, mas com uma oscilação significativa na Região de Integração (RI) Guajará. O estado do Pará iniciou o período com 21,9% de área desmatada e chegou a 23,2% em 2023, revelando um crescimento lento, mas contínuo. Esse comportamento é preocupante, pois indica que o desmatamento segue avançando de forma gradual mesmo com maior visibilidade e pressão sobre a conservação ambiental na Amazônia (Gráfico 27).

Belém manteve um percentual praticamente estável ao longo dos cinco anos, variando

levemente de 24,0% em 2019 para 24,2% em 2023. A estabilidade nesse caso pode indicar que o território da capital, já fortemente urbanizado, não tem sofrido alterações expressivas na cobertura do solo em relação à floresta. No entanto, o próprio patamar elevado revela que boa parte da área do município já está desmatada, o que impõe limites para a expansão urbana e demandas ações de restauração ecológica e controle do uso do solo (Gráfico 27).

Na RI Guajará, o gráfico revela uma oscilação atípica. O percentual de área desmatada permaneceu estável em torno de 38% entre 2019 e 2021, disparou para 52% em 2022 e voltou a 38,7% em 2023. Esse pico pode estar relacionado a

revisões metodológicas, mudanças no monitoramento por satélite ou a eventos pontuais de desmatamento intenso. A queda posterior sugere uma reversão ou correção, mas a persistência de um patamar elevado reforça a necessidade de atenção especial às pressões ambientais na região metropolitana de Belém, que concentra grande densidade populacional e intensa atividade econômica (Gráfico 27).

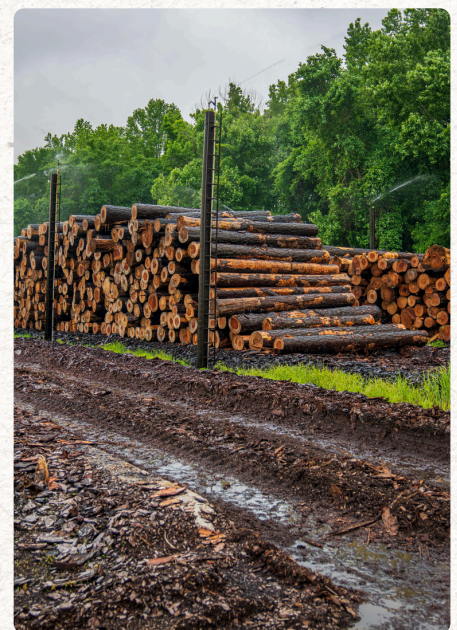
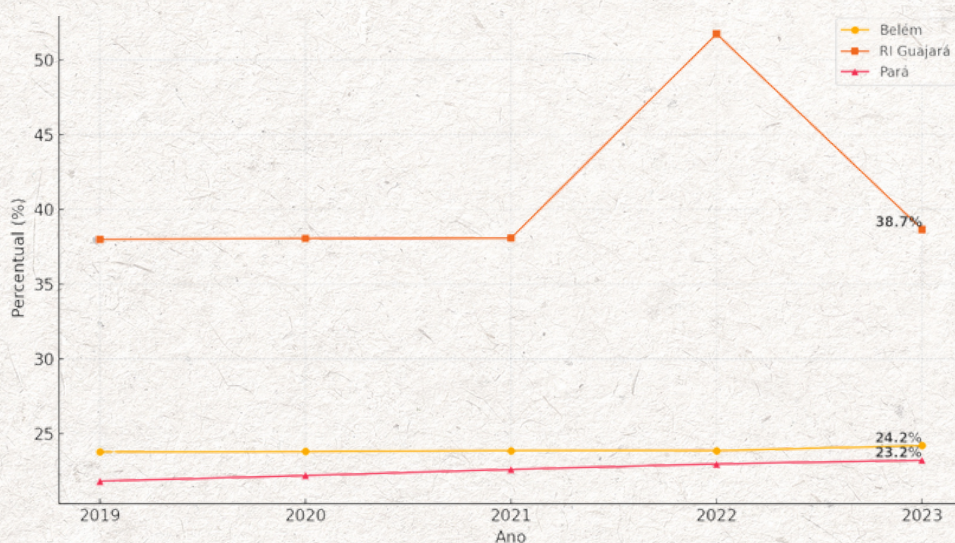


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

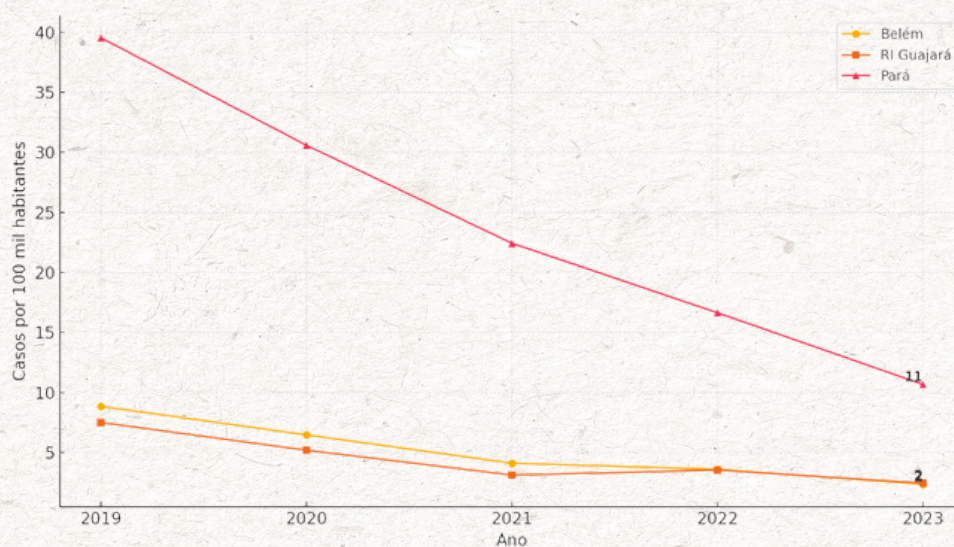
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou uma trajetória de queda contínua nos três níveis territoriais analisados: Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. O Pará iniciou o período com um alarmante índice de cerca de 39 casos por 100 mil habitantes, mas encerrou 2023 com 11, demonstrando uma redução significativa. Essa queda pode ser atribuída à ampliação de políticas públicas de proteção à infância, maior fiscalização, campanhas de conscientização e oferta de programas sociais voltados para famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Na RI Guajará, o indicador também teve uma queda expressiva, passando de 7,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 2 em 2023. Acompanhando essa tendência, Belém reduziu seus índices de 9,0 para 2 casos por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. Esses dados são particularmente relevantes, considerando o desafio de erradicar o trabalho infantil em áreas urbanas densamente povoadas, onde ele costuma ocorrer de forma invisível, principalmente em atividades informais ou domésticas. A evolução positiva sugere eficácia nas ações municipais e intermunicipais de enfrentamento ao problema (Gráfico 28).

Apesar da melhoria geral, o fato de ainda existirem registros de trabalho infantil demonstra que o problema não foi completamente erradicado, e que há necessidade de manutenção e reforço das estratégias de prevenção e atendimento. O progresso observado deve ser valorizado, mas também servir como base para ações mais estruturadas, principalmente no interior do estado, onde os números, embora tenham caído, ainda são proporcionalmente mais altos. O combate ao trabalho infantil demanda esforço contínuo, intersetorial e sensível às realidades locais, garantindo que crianças e adolescentes tenham acesso pleno à educação e aos direitos básicos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou uma tendência geral de queda nos três níveis territoriais analisados — Belém, Região de Integração (RI) Guajará e o estado do Pará —, embora com oscilações ao longo do período. Belém iniciou com uma taxa alta, de aproximadamente 40,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, e reduziu esse número para 25 em 2023, refletindo uma diminuição significativa da violência letal na capital. Essa queda pode ser atribuída ao fortalecimento das políticas públicas de segurança urbana, à ampliação da vigilância comunitária e ao uso de tecno-

logias na prevenção ao crime (Gráfico 29).

Na RI Guajará, a variação foi mais acentuada, partindo de uma taxa ainda mais elevada em 2019, com cerca de 46,5 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 34 em 2020 e mantendo relativa estabilidade até 2021. No entanto, em 2022 houve um pico de violência, com a taxa subindo para 40,7, seguido de nova queda em 2023, chegando a 31,1. Esses dados sugerem uma oscilação mais sensível às dinâmicas locais, possivelmente influenciada por fatores como disputas territoriais, variações no policiamento e ausência de políticas de longo

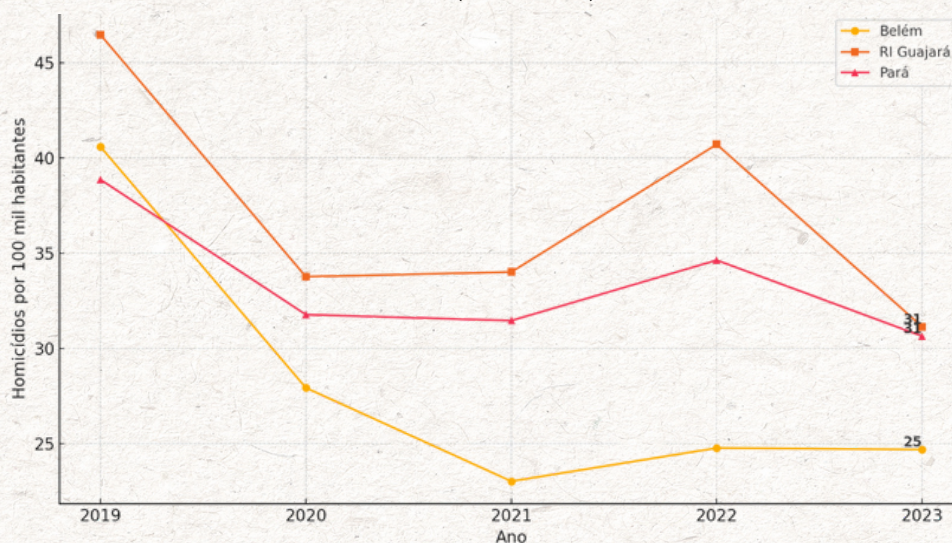
prazo em segurança pública nas áreas periféricas da região metropolitana (Gráfico 29).

No estado do Pará como um todo, a taxa também reduziu ao longo do período, de 38,9 em 2019 para 30,5 em 2023. Embora a queda não tenha sido tão intensa quanto em Belém, o movimento indica um avanço gradual na contenção da violência letal em escala estadual. O padrão de redução observado, ainda que irregular, aponta para avanços importantes no enfrentamento aos homicídios, mas também evidencia a necessidade de continuidade e intensificação de ações integradas de segurança, espe-

cialmente nas regiões que apresentam maior instabilidade e vulnerabilidade social (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

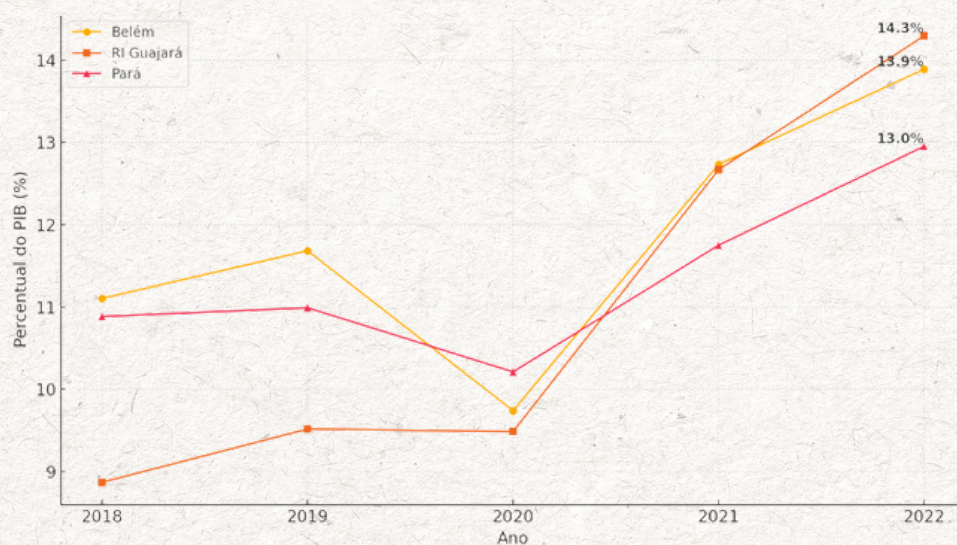
Entre 2018 e 2022, o gasto público municipal como percentual do PIB apresentou uma trajetória de crescimento nos três níveis territoriais analisados – Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará –, especialmente a partir de 2021. Em Belém, o indicador partiu de 11,1% em 2018, sofreu queda em 2020 para 9,8%, provavelmente em função dos impactos da pandemia sobre a arrecadação e a atividade econômica, mas se recuperou fortemente nos dois anos seguintes, alcançando 13,9% em 2022. Esse crescimento sinaliza uma ampliação da presença do poder público municipal na economia da capital (Gráfico 30).

A RI Guajará, que engloba Belém e municípios vizinhos, apresentou comportamento semelhante. Começou com 8,8% em 2018, manteve relativa estabilidade até 2020, e saltou de 9,5% para 14,3% entre 2020 e 2022, superando inclusive a capital. Essa elevação pode refletir o aumento da execução orçamentária por parte dos municípios da região metropolitana, impulsionada por repasses federais, aumento da arrecadação própria e maior demanda por serviços públicos em um contexto de retomada econômica e reconstrução pós-pandemia (Gráfico 30).

No estado do Pará como um todo, o indicador teve uma evo-

lução mais moderada. Iniciou com 10,9% em 2018, teve leve recuo até 2020 (10,2%) e cresceu até 13,0% em 2022. Embora o ritmo de crescimento tenha sido menos intenso do que nas regiões metropolitanas, o avanço revela que os municípios paraenses estão ampliando sua participação na atividade econômica, seja por meio de investimentos, contratação de serviços ou expansão das políticas públicas. Esse cenário aponta para um papel crescente das administrações locais na movimentação do PIB, o que demanda atenção à eficiência e à sustentabilidade fiscal dessas gestões (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Belém x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

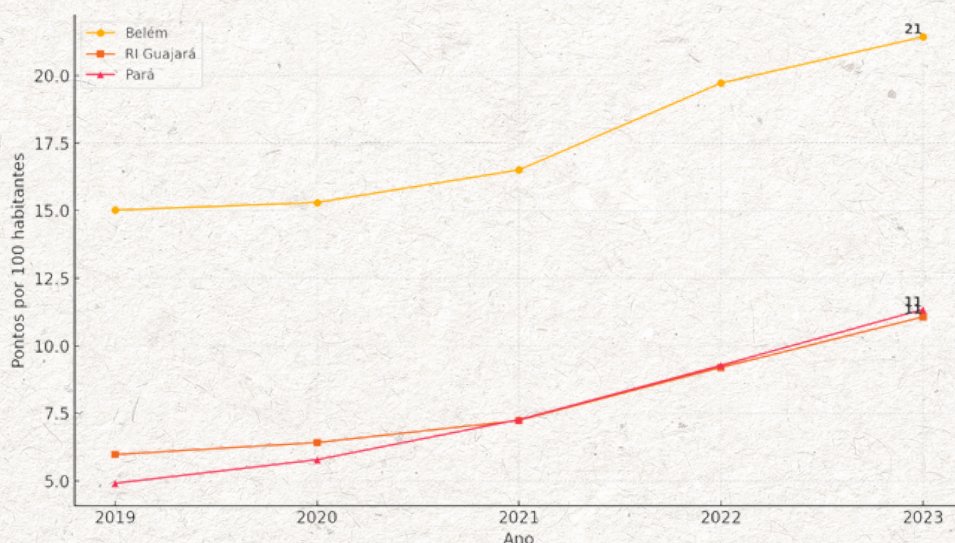
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa cresceu de forma contínua nos três níveis territoriais analisados — Belém, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Belém apresentou os melhores resultados ao longo de todo o período, saindo de 15 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 21 em 2023. Esse avanço reflete uma ampliação importante da infraestrutura urbana de conectividade, impulsionada por maior demanda por serviços digitais, especialmente após os efeitos da pandemia de COVID-19 que intensificaram o uso da internet em atividades cotidianas como trabalho remoto, educação e serviços públicos (Gráfico 31).

A RI Guajará e o estado do Pará, embora tenham iniciado o período com taxas significativamente mais baixas — 6 e 5 pontos por 100 habitantes, respectivamente —, demonstraram evolução expressiva. Ambos alcançaram 11 pontos por 100 habitantes em 2023, o que representa praticamente uma duplicação no período. Esse crescimento sinaliza um movimento de interiorização do acesso à internet fixa, indicando que municípios da região metropolitana e outras áreas do estado vêm recebendo investimentos em conectividade, ainda que em um ritmo mais lento comparado à capital (Gráfico 31).

Apesar da melhora generaliza-

da, a diferença entre Belém e o restante do estado ainda é considerável, o que evidencia desigualdades no acesso à infraestrutura digital. Essa lacuna pode afetar diretamente a inclusão digital e social da população mais vulnerável, especialmente em regiões afastadas dos centros urbanos. Portanto, embora os dados revelem progresso, eles também apontam para a necessidade de políticas públicas mais robustas e direcionadas à expansão da banda larga em áreas menos atendidas, garantindo que os benefícios da conectividade sejam mais amplamente distribuídos em todo o território paraense (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Belém x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

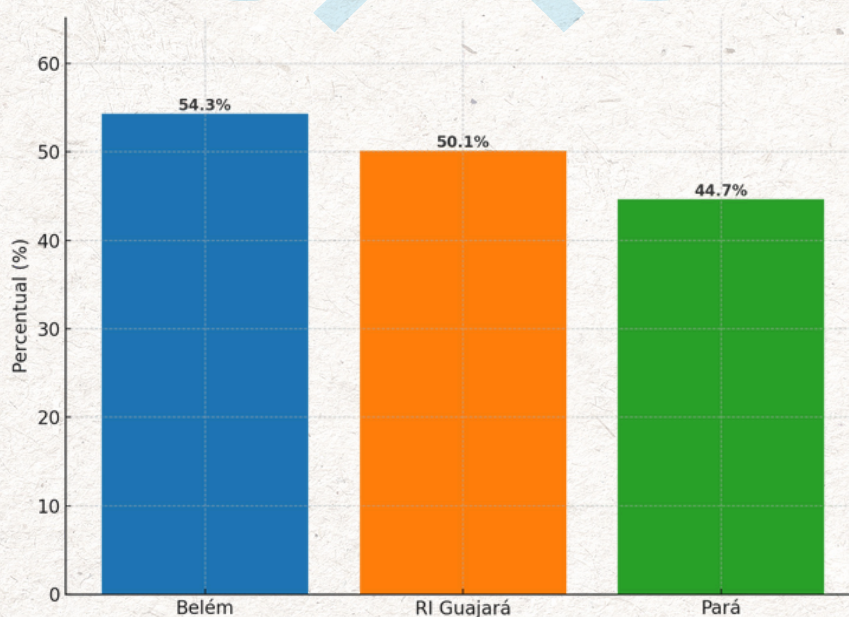
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Belém** registrou um IDS de **54,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Belém x RI Guajará x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



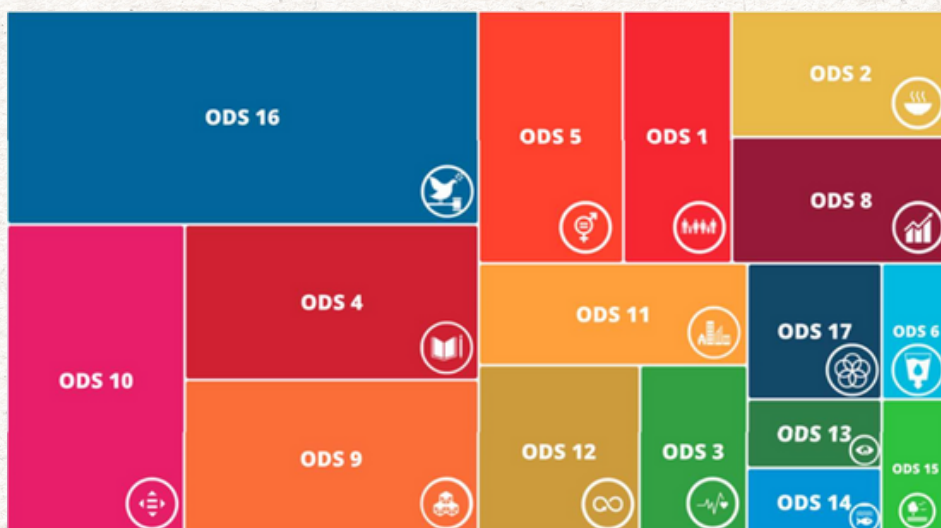
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

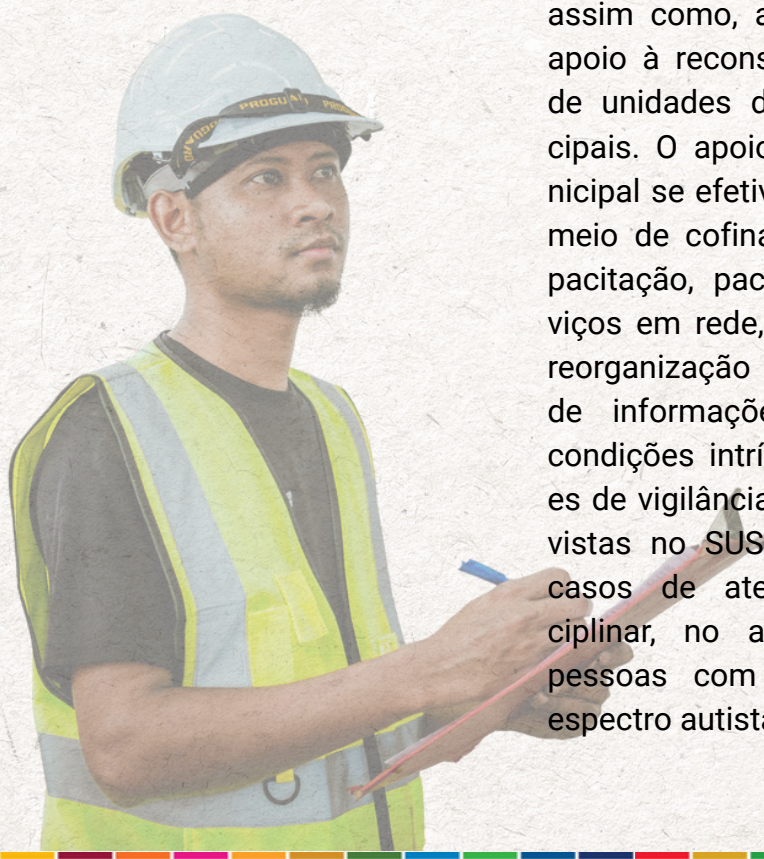


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

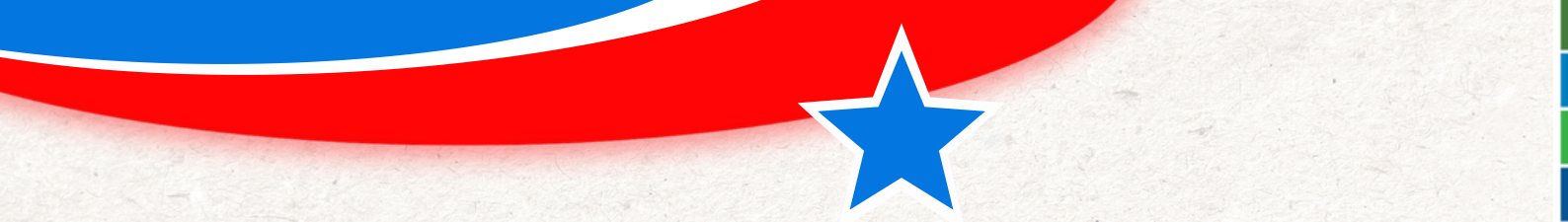
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vici-

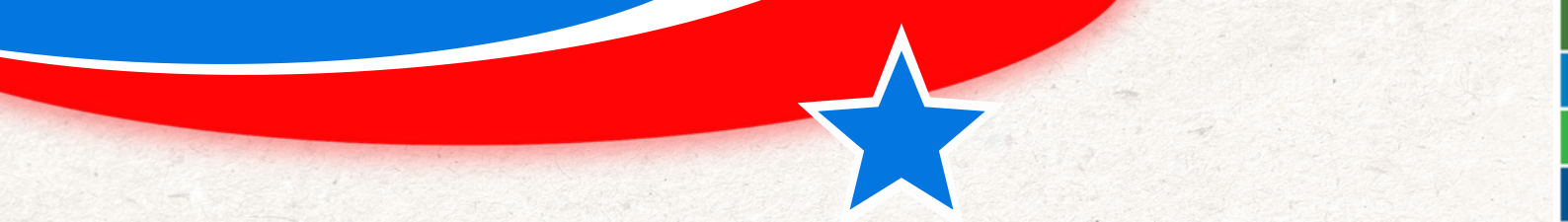
nais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades flo-

restais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

